



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE
LICENCIATURA EM LETRAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

RODRIGO DA SILVA GONÇALVES

AS PERSPECTIVAS PROPOSTAS PELA BNCC PARA O ENSINO DE
LÍNGUA PORTUGUESA: uma análise do PNLD 2021

João Pessoa

2020

RODRIGO DA SILVA GONÇALVES
Matrícula 11316409

**AS PERSPECTIVAS PROPOSTAS PELA BNCC PARA O ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: uma análise do PNLD 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à
Coordenação do Curso de Letras com o objetivo de obtenção do
grau de Licenciado em Letras.

Professora Orientadora: Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante

João Pessoa - PB
Dezembro de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

G629 Gonçalves, Rodrigo da Silva

As perspectivas propostas pela BNCC para o ensino de
língua portuguesa : uma análise do PNLD 2021 / Rodrigo da
Silva Gonçalves. – João Pessoa, PB, 2020.

60 fls. ; 30 cm.

Orientação : Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante.

Coordenação : Cirineu Cecote Stein.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Centro
de ciências humanas letras e artes – Universidade Federal da
Paraíba.

Inclui bibliografia.

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2. Programa
Nacional do Livro Didático (PNLD). 3. Língua portuguesa. I.
Cavalcante, Marianne Carvalho Bezerra, orient. II. Stein, Cirineu
Cecote, coord. III. Título.

CDD 469.0981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Língua portuguesa : Educação 469.0981

Bibliotecária responsável: Aline Graziele Benitez CRB-1/3129

RODRIGO DA SILVA GONÇALVES

Matrícula 11316409

**AS PERSPECTIVAS PROPOSTAS PELA BNCC PARA O ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: uma análise do PNLD 2021**

O parecer da banca

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante
Orientadora

Prof^a. Evangelina Maria Brito de Faria
Membro da banca

Prof^a. Paula Michely Soares da Silva
Membro da banca

João Pessoa - PB
Dezembro de 2020

Os livros servem para nos lembrar quanto somos estúpidos e tolos. São o guarda pretoriano de César, cochichando enquanto o desfile ruge pela avenida: "Lembre-se César, tu és mortal". A maioria de nós não pode sair correndo por aí, falar com todo o mundo, conhecer todas as cidades do mundo. Não temos tempo, dinheiro ou tantos amigos assim. As coisas que você está procurando, Montag, estão no mundo, mas a única possibilidade que o sujeito comum terá de ver noventa e nove por cento delas está num livro.

Fahrenheit 451, romance de Ray Bradbury.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho querido, Guilherme, que é a minha motivação maior de viver a vida; à minha esposa Sheylla, por seu companheirismo e alegria cotidiana em nossos dias; aos meus pais que sempre me incentivam com muito amor a cada novo desafio a qual eu me dedico; e à MVC Editora, meu ambiente profissional, que me introduziu no mundo acadêmico da Educação e das Letras por meio da editoração

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

DCN – Diretrizes Nacionais da Educação Básica

DOU – Diário Oficial da União

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE – Plano Nacional de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso descreveu as propostas presentes no PNLD 2021, no que se refere às Linguagens e suas Tecnologias, Língua Portuguesa, e as perspectivas de orientação presentes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. No texto, o pesquisador expõe as características, objetos e critérios que compõem o PNLD 2021, assim como também as inovações propostas por estas novas diretrizes. A respeito do objetivo deste estudo tem-se a realização de uma análise do PNLD 2021, de língua portuguesa, em conformidade com as propostas traçadas pela BNCC quanto ao uso do livro didático no ensino médio na disciplina Língua Portuguesa. Visou-se responder à questão problema: de que maneira as perspectivas propostas pela BNCC contribuem para melhorias no processo de ensino e aprendizagem? Metodologicamente, a pesquisa refletiu um estudo bibliográfico de caráter descritivo e abordagem explicativa-exploratória próprio dos estudos qualitativos. Acerca dos resultados viu-se que a resposta mais sólida estabelecida pela pesquisa foi que a BNCC tem como proposição base aliar as novas demandas do jovem, bem como a integração digital desses sujeitos, ao processo de ensino e de aprendizagem, proporcionando um ensino mais dinâmico e focado na vivência social dos sujeitos, tornando capazes de construir projetos para vida que vão além do espaço escolar. Por fim, se apresentaram as referências bibliográficas que serviram de embasamento à pesquisa.

Palavras-chave: BNCC, PNLD, Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The present work of conclusion of the course described the proposals present in PNLD 2021, with regard to Languages and their Technologies, Portuguese Language, and the guidance perspectives present in the Common National Curricular Base - BNCC. In the text, the researcher exposes the characteristics, objects and criteria that make up the PNLD 2021, as well as the innovations proposed by these new guidelines. Regarding the purpose of this study, an analysis of the PNLD 2021, in Portuguese, is carried out, in accordance with the proposals outlined by the BNCC regarding the use of textbooks in high school in the Portuguese language discipline. The aim was to answer the question: how do the perspectives proposed by BNCC contribute to improvements in the teaching and learning process? Methodologically, the research reflected a descriptive bibliographic study with an explanatory-exploratory approach typical of qualitative studies. Regarding the results, it was seen that the most solid response established by the research was that the BNCC has as its basic proposition to combine the young people's demands, as well as the digital integration of these subjects, with the teaching and learning process, providing a more dynamic teaching and focused on the subjects' social experience, making them able to build life projects that go beyond the school space. Finally, the bibliographic references that served as a basis for the research were presented.

Keywords: BNCC, PNLD, Portuguese language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA: as mudanças previstas com a nova BNCC	11
1.2 O PNLD 2021: quais as considerações a serem observadas para os alunos do ensino médio?	15
1.3 OBJETIVOS: quais as metas a serem alcançadas nesta pesquisa?	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.4 EIS, AQUI, UM PROBLEMA: qual a solução?	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 O PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: as transformações do material didático de Língua Portuguesa na atualidade	21
2.2 MATERIAL DIDÁTICO	22
2.2.1 Tipos de materiais didáticos	25
2.3 A METODOLOGIA DE ENSINO E AS NOVAS PROPOSTAS CURRICULARES: a síntese de uma trajetória	28
3 METODOLOGIA	30
3.1 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	30
4 DESCRIÇÃO DO PNLD 2021	32
4.1 OS OBJETOS DO PNLD	38
4.2 O EDITAL DO MEC	40
4.2.1 As mudanças decorrentes no PNLD 2018/2021	42
4.2.2 Critérios para avaliação das obras conforme objetos 1, 2, 3, 4 e 5	48
4.2.3 Critérios Eliminatórios Comuns e específicos para LP	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, me apresento como um pesquisador. Acredito seja importante trazer aqui um breve relato acerca da minha trajetória de formação, bem como minha atuação no campo educacional. Esta análise me faz lembrar da obra de Ribeiro e Guedes (2007) quando os autores afirmam que é no refazer, em olhar o passado, que os mestres podem extrair de suas histórias novos significados para suas práxis, ou seja, daquilo que faz, daquilo que é.

O início da minha experiência foi na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José do Patrocínio depois de ingressar no curso de Letras – Língua Portuguesa no ano de 2013, onde pude realizar o estágio supervisionado. A graduação, certamente, foi um período demarcado por experiências que potencializaram minha formação neste campo do saber e da pesquisa, e tive breve participação com projetos de extensão e iniciação científica, chegando a publicar um artigo no ABRALIN – Belém 2015 com o título: *O livro didático sob à luz da sociolinguística*. Foram meus primeiros contatos com a prática pedagógica e enfocaram o Ensino fundamental (Anos finais) e Ensino médio.

Experimentar o cotidiano escolar foi uma experiência bastante enriquecedora para mim. A prática de iniciação científica foi um momento em que pude experimentar o projeto de análise do Livro Didático. O lócus da pesquisa foi pautado em observar como o (a) professor (a) utilizava-se desse suporte em suas aulas, sendo a análise feita a partir de um recorte do material, atividades que exploravam a sociolinguística.

Minha vida profissional desde os meus 19 anos (estou com 35) foi no âmbito editorial, desde a parte que compreende a identidade visual (*design* e diagramação) até a edição de textos (assistência editorial e edição). Exerci todas as funções no que concerne à produção de livros e atualmente exerço a função de Gerente Editorial. A partir da minha experiência como assistente editorial, estive mais envolvido com a análise e produção de livros, contato e reuniões com autores, participação na definição da estrutura de materiais didáticos. Procurei alinhar as aprendizagens da academia com o meu ramo profissional, procurando estar atualizado nas mais variadas pautas da educação brasileira, fundamental para atender as diretrizes estabelecidas pela Ministério da Educação – MEC, órgão máximo que define políticas públicas para a rede de ensino.

Fundamentado em tais experiências, passei a construir essa pesquisa de conclusão em torno da discussão criada acerca do que foi alterado em virtude das perspectivas traçadas pela BNCC. Além disso, me presto a analisar o PNLD 2021 e suas atualidades.

A pesquisa foi dividida em capítulos. O primeiro deles a introdução apresentou o tema expondo as mudanças previstas com a nova BNCC. Foi nessa etapa também que se tiveram as primeiras explanações sobre o PNLD 2021, levando-se em consideração os aspectos relevantes aos alunos do ensino médio. Foi ainda apresentado o objetivo da pesquisa, e que se referem às metas a serem alcançadas com o estudo e, por fim, a questão problema.

O capítulo teórico serviu para explicar sobre o processo de ensino e de aprendizagem, e assim observar as transformações do material didático especialmente os de língua portuguesa na contemporaneidade. Assim, foi discutido os tipos de material didático, bem como as metodologias de ensino e as novas propostas curriculares.

A trajetória metodológica compôs o terceiro capítulo. E a descrição do PNLD 2021 no capítulo seguinte. Inicialmente, o pesquisador descreveu o funcionamento do Programa e em seguida foi explanado o edital do MEC. Foi enfoque do capítulo também descrever os critérios dos objetos 1, 2, 3, 4 e 5 e os critérios comuns e específicos à LP.

E, por fim, a pesquisa explanou as considerações finais e as referências.

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA: as mudanças previstas com a nova BNCC

O contexto social foi um mediador durante toda a elaboração desta pesquisa. Assim, aspectos sociais, políticos e educacionais complexos foram levados em consideração a exemplo das disputas políticas do entorno da elaboração da BNCC¹ no triênio 2015 – 2018 e os grupos de interesse; bem como os já notados efeitos decorrentes da pandemia mundial provocada pelo Corona Vírus.

Acerca das políticas educacionais, o estudo focou com mais profundidade ao que se refere o material didático, e as mudanças propostas às series do ensino médio

¹ A BNCC é um conjunto de normas curriculares que tem como objetivo tornar legítimo e válido os conhecimentos como sendo essenciais para o pleno desenvolvimento dos alunos, e, assim, garantir os seus direitos referentes à aprendizagem.

da Educação Base². Assim, foi visto que a BNCC potencializa tais políticas visando reduzir a desigualdade e, desta maneira, garantir os direitos de aprendizagem através das adaptações e orientações presentes no documento.

Para a comunidade escolar, poderá ser mais simples entender o que se espera do aluno em relação à sua postura para o aprendizado. Em razão dos gestores e docentes, a BNCC vai ajudar no planejamento de forma mais clara acerca das potências e desafios a serem enfrentados, a buscar um ensino e aprendizado com equidade nas regiões do nosso país, onde é constatada a discrepância dos desempenhos por diversos fatores.

E quais são tais mudanças? Desde o ano de 2015, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC começou a ser analisada e discutida por autoridades da área. Ao longo de vários governos e programas de gestão pública foi possível angariar milhares de contribuições por meio de audiências públicas e consultas.

A participação da sociedade foi intensa e na primeira versão do documento se contabilizaram mais de 12 milhões de contribuições, das quais a metade foram cedidas por mais de 45 mil escolas. No ano seguinte, em 2016, foi lançada a segunda versão do documento que foi extraído depois de analisar todos os estados da federação. Cerca de 9 mil pessoas, que se dividiam entre profissionais e estudantes, puderam debater o documento e suas especificidades durante a realização de seminários estaduais organizados pelos órgãos Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

E, finalmente, no ano de 2018 no mês de abril o Conselho Nacional de Educação – CNE em uma nova rodada de seminários em todo território, elaborou a terceira versão da BNCC finalizada em dezembro do decorrente ano, quando foi, enfim, homologada pelo Ministério da Educação – MEC, e, assim, passou a ter validade em todo o país.

O momento em que o documento foi elaborado refletiu muitas divergências em virtude de um momento de profundo conflito social. Ao longo do período, houve o acirramento dessas divergências entre os diferentes grupos que estavam à frente do

² A educação básica ou ensino básico é o nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação escolar ou formal. Esta denominação corresponde, consoante o sistema educativo que o ministra, a um conjunto específico de anos de escolaridade, correspondendo, na generalidade dos casos, aos primeiros seis a nove anos. Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio.

processo de elaboração da BNCC e que já era previsto desde a promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As críticas decorreram do fato de que há um aspecto perceptível à proposta e que diz respeito aos interesses dos empresários da educação, que passaram a ser contemplados a partir da produção de materiais didáticos e de apoio a exemplo de produção de softwares e materiais educativos. As correntes contrárias à matéria partiram das conselheiras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttmann e Márcia Ângela da Silva Aguiar que apontam que o processo decorreu de forma pouco transparente e obedecendo um ritmo muito veloz na votação do documento o que ao ver técnico das professoras denota um trâmite verticalizado e sob influências do MEC.

A crítica se instaura, pois, a base foi criada de maneira a atender diferentes grupos sociais, e há ainda o apelo em defesa da escola pública de qualidade, o que significa dizer que não se aloca como uma pauta específica do setor privado. Daí se poder afirmar que os interesses do mercado não podem ser vinculados ao poder estatal para complementar suas demandas.

A maior parte das críticas acerca do texto final da Base se refere ao fato desta insistir em um foco fragmentado do conhecimento e do desenvolvimento humano, além de ser apontada por especialistas como conservadora, privatizante e proporcionar ameaça à autonomia dos professores, bem como um risco à liberdade das práticas docentes. Torna ainda invisível a discussão necessária e tão pertinente que diz respeito à identidade de gênero e orientação sexual, enfatiza o ensino religioso sem levar em consideração as especificidades de aprendizagem do indivíduo.

Duas falas revelam a dissonância acerca da Base entre os especialistas. A primeira delas é do professor Chico Soares³ onde afirma que o documento possui um caráter de conquista para educação pública no país. Isso porque a Base especifica os direitos e esse é um passo fundamental e importante para consegui-los; e que apesar de apresentar imperfeições, pois é o resultado de um processo imperfeito, é também um marco para a educação no Brasil. Em contrapartida, a afirmação do professor Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação em

³ Membro do Conselho Nacional de Educação. Fala concedida em Palestra realizada no 3º Seminário Internacional de Educação Integral – SIEI 2017. Disponível em: <<https://www.sieibrasil.com.br/>>, acesso em 05 de nov. 2020.

sua coluna pelo Portal UOL⁴, afirma que a aprovação da BNCC é ilegítima. Para o professor, a base é falsamente participativa, obscurantista e se submete à uma lógica das avaliações em larga escala.

Se distanciando um pouco das correntes a favor e contra a Base, o estudo aqui buscou pautar as resoluções oficiais do documento. E assim, a BNCC corresponde a um documento de caráter normativo, por meio do qual é estabelecido um arcabouço orgânico e progressivo dos conteúdos de aprendizado que são essenciais aos alunos visando o seu desenvolvimento ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica⁵. Desta maneira é assegurado o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento conforme o que se tem estabelecido no Plano Nacional de Educação – PNE.

A aplicação desta norma está exclusivamente voltada à educação escolar, de acordo com o definido no § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)⁶. A orientação obedece aos princípios éticos, políticos e estéticos e visam o desenvolvimento humano de maneira integrativa por meio da construção de uma sociedade de preceitos justos, inclusivos, democráticos em consonância aos fundamentos das Diretrizes Nacionais da Educação Básica – DCN⁷.

Foi dentro deste contexto que o documento passou a ter um status de referência nacional para elaboração dos currículos dos sistemas e das redes escolares em todo território nacional, enfatizando as propostas pedagógicas das instituições escolares. A BNCC está alocada na esfera da política nacional da educação básica e visa, desta maneira, trazer contribuições no que se refere ao alinhamento de outras linhas de ações políticas nos três âmbitos: federal, estadual e

⁴ UOL Educação. **BNCC**: O que Paulo Freire e Anísio Teixeira diriam sobre a base curricular. Disponível em: <<https://danielcara.blogosfera.uol.com.br/2017/12/20/bncc-o-que-paulo-freire-e-anisio-teixeira-diriam-sobre-a-base-curricular/>>, acesso em 05 de nov. 2020.

⁵ Estão disponíveis pela BNCC um grupo de competências que se inter-relacionam e se desdobram para o entendimento de forma didática e que compõem as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio). E, portanto, passam a articular os conhecimentos para a construção de habilidades e para a formação de valores e atitudes preconizados pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

⁶ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁷ BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

municipal. Por meio de tais alinhamentos é possível perceber e destacar a formação de professores, a avaliação, a elaboração de conteúdos educacionais e os critérios que favorecem a uma infraestrutura adequada para a oferta de uma educação plena.

Tal entendimento induz a pensar que a BNCC é um instrumento importante, pois por meio dela é possível que as fragilidades das políticas educacionais possam ser superadas, e, assim, haja o fortalecimento do regime de colaboração das três esferas de gestão, bem como balizar a qualidade da educação. Isso quer dizer que a BNCC veio para dar garantias quanto ao acesso e a permanência na escola, buscando, sobretudo, garantir um patamar que seja dado por meio de uma rede comum de aprendizado a todos os estudantes.

Ao todo são contempladas na educação básica dez competências gerais que definem o que é essencial na aprendizagem para o aluno. De forma que o estudante obtenha na escola o direito de aprender e se desenvolver como ser humano. Entende-se pelo viés da BNCC que competência corresponde à *mobilização de conhecimentos*, ou seja, conceitos e procedimentos; à *aquisição de habilidades* por meio de práticas e desenvolvimento cognitivo e socioemocional; o *desenvolvimento de atitudes* que visem o valor de resolução de demandas complexas do cotidiano; e o *exercício em plenitude da cidadania* e do trabalho.

É importante ressaltar que a educação busca a afirmação de valores. Destarte, estimular ações para contribuir com a transformação da sociedade é um passo importante para torná-la mais humana e justa, e, também, para promover ações de preservação do meio ambiente (BRASIL, 2013)⁸.

1.2 O PNLD 2021: quais as considerações a serem observadas para os alunos do ensino médio?

O momento de definir a escolha do material e livro didático é crucial para a maior parte dos educadores. De tal maneira, a nova edição do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD servirá para esclarecer dúvidas e indecisões e

⁸ BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2020.

estabelecer as diretrizes para o processo de escolha do livro didático de forma mais facilitada.

O PNLD 2021 visa selecionar recursos didáticos que servirão a estudantes, professores e gestores escolares do Ensino Médio e que estão vinculados ao ensino público. O mesmo será compilado em duas etapas, a primeira implementada em 2021 e, no ano seguinte, implantadas novas obras nas escolas. Nesta primeira etapa, visam-se os projetos integradores e o projeto de vida. A fase seguinte terá como enfoque as obras por áreas de conhecimento e as obras didáticas específicas obras de formação continuada, recursos digitais e obras literárias (EDITORA DO BRASIL, 2020).

Na prática, a escolha do livro didático específico do objeto 1 do programa será composta de 4 livros de Projetos Integradores, que para cada área do conhecimento terão um livro integrador: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, 1 livro de Projeto de Vida. O uso destas obras está pautado para os próximos 4 anos sob critérios específicos e que serão determinados pelos professores no momento da escolha pelo livro e material didático.

E que critérios são estes? Existem aspectos relevantes na escolha do livro didático e é necessário que o docente possa compreender as particularidades do aluno do ensino médio (momento decisivo para a escolha da sua profissão) e escolha, desta maneira, o material mais adequado à esta demanda de faixa etária.

São observados nesse sentido aspectos como pontos fortes e fracos das obras disponíveis, e assim promover uma escolha organizada, clara e mitigando as possibilidades de erros. Esquemas, tabelas e organogramas são elaborados observando aprofundar aspectos relativos à autoria; projetos integradores e projeto de vida; apoio ao professor e aos estudantes e as estratégias didáticas adequadas.

A função do material didático é promover ao professor a possibilidade de desenvolvimento do conteúdo a ser levado até a sala de aula e a metodologia utilizada para isso. De fato, é primeiro necessário se atentar para a variedade de ações propostas, e assim definir temas atuais e que tenham significação para os alunos. O livro, então, deve conter interdisciplinaridade, ou seja, permitir que os professores formem redes de parcerias entre as suas disciplinas.

Assim, o livro didático precisa estar adequado ao projeto pedagógico da escola, bem como à realidade sociocultural do aluno e, também, ao professor. Isso porque as

atividades propostas devem ser realizadas e a escola deve ter condições suficientes para cumpri-las.

1.3 OBJETIVOS: quais as metas a serem alcançadas nesta pesquisa?

1.3.1 Objetivo geral

Descrever o PNLD 2021, de língua portuguesa, em conformidade com as propostas traçadas pela BNCC quanto ao uso do livro didático no ensino médio na disciplina Língua Portuguesa.

1.4 EIS, AQUI, UM PROBLEMA: qual a solução?

As políticas federais referentes à avaliação periódica e obrigatória do livro didático completaram a maior idade. Na rede pública de ensino, destaca Bunzen (2020) o LDP – Livro didático de Língua Portuguesa, existem dois aspectos que são contraditórios entre si em uma análise primeira; e tais aspectos têm sido discutidos nas esferas de educadores e pesquisadores da área que estão envolvidos com o tema.

O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que os livros tiveram uma mudança bastante significativa desde o início da década de 2000, e essas alterações foram para promover melhorias expressivas. Analisar tais questões proporciona ao estudo ora referido a possibilidade de indicação dos eixos de ensino e em que categorias as mudanças foram mais ampliadas e, assim, apontam para rumos de aprofundamento e indicação de estratégias e ações que sejam capazes de otimizar os recursos disponíveis (RANGEL, 2010⁹ apud BUNZEN, 2020).

O segundo aspecto se reflete em pesquisas, análises e iniciativas pedagógicas que consideram o LDP pouco adequado às novas demandas dos processos de ensino e aprendizagem, bem como ideologias que na contemporaneidade passaram a ser questionadas. As propostas didáticas são em sua maioria prescritivas, ou seja, há um nível elevado de padronização e de rigidez e este é o motivo das objeções, e em

⁹ RANGEL, Egon de Oliveira. Letramento literário: um espaço para o livro e a leitura na sala de aula. In: SÃO PAULO. Caderno do professor: leitura e produção de textos – 5ª e 6ª séries / 5º e 7º anos. São Paulo: SEE, 2010.

grande parte alvo das críticas que se direcionam às funções do livro didático na prática docente, pois há um entendimento de que limitam a autonomia do professor, bem como inibem as iniciativas originais (RANGEL, 2010 apud BUNZEN, 2020).

O livro didático tem sido uma ferramenta que ilustra os percalços e as limitações que devem ser evitados ou superados pelo ensino. Talvez, por isso o Programa Nacional do Livro Didático enfrente com constância críticas e oposições contra as políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC. Há uma postura exitosa sobre o funcionamento que deve ser adotado e aprimorado de forma permanente, pois em algum momento as iniciativas de obtenção de recursos e políticas de programas são consideradas dispendiosas, e a revisão da natureza e objetivos, como também a extinção de programas.

De forma que é mais comum oportunizar programas de formação aos professores para promover as melhorias de condições de trabalho, investe-se na carreira e na formação, mas não se investe na ampliação e no real entendimento das ferramentas de trabalho para promover tais melhorias no cotidiano real.

Diante da situação exposta, a pesquisa visou responder à seguinte assertiva:
Pergunta:

Diante da situação exposta, a pesquisa visou responder à seguinte assertiva: o PNLD 2021 contempla a base no que se refere ao ensino da língua portuguesa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo que segue se referiu às teorias, conceitos e estudos realizados. Buscou-se fazer uma contemplação não maniqueísta, ou seja, sem um posicionamento do tipo contra ou favor sobre as questões relativas à BNCC.

A organização das sociedades em comunidades humanas organizadas proporcionou a necessidade de educar as crianças. De forma que cada cultura possui uma maneira particular para a formação de adultos seja entre os membros mais experientes da família ou em instituições formais, a exemplo das escolas.

Através da convivência estabelecida entre crianças, jovens e adultos nas escolas se estabelecem acordos para educar por meio de ideias e construção de valores sociais, e é neste sentido que se tem a necessidade de criar ferramentas que orientem estas ações e que são chamados materiais didáticos.

A primeira diretriz estabelecida para orientar a educação escolar por meio de valores foi o PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e, posteriormente, a proposição da BNCC – Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Ambos os documentos abordam o trabalho a partir de múltiplas linguagens; os PCNs abordam de maneira sucinta o uso de tecnologias, evidenciando a utilização do computador, do rádio e da televisão. A BNCC por sua vez detalha as mais variadas habilidades, assim como também a necessidade do trabalho com imagens, sons e diferentes linguagens digitais contempladas por meio da distância temporal estabelecida entre as duas diretrizes para educação nacional, e assim, permitindo um enfoque voltando aos múltiplos tratamentos e diversidade do uso das tecnologias de informação no cotidiano escolar. Isso amplia como também exige o uso de diferentes gêneros discursivos, competências e habilidades leitoras, assim como novos percursos metodológicos.

Desde os PCNs, conforme Ganzela (2020), que se detém de uma concepção mais moderna e de maior alcance por meio do entendimento de que a linguagem é o produto de interação social. De forma que a orientação central do documento ainda se dá no sentido do processo do ensino e da aprendizagem da LP por meio da utilização da ferramenta texto. Um aspecto de grande relevância se dá em razão da temporalidade entre as duas diretrizes.

Ganzela (2020) aduz que há de se considerar, contudo, o intervalo amplo de 20 anos entre a elaboração de um documento e outro (PCNs e BNCC). De maneira

tal que, uma reforma no currículo deveria de fato levar em conta essa temporalidade de duas décadas em que as pesquisas sobre o ensino da LP e Literatura caminharam.

Entre tais aspectos, Ganzela (2020) destaca primeiramente a presença mais consistente da literatura. O documento da base dá destaque ao texto literário como um objeto estético fundamental para a formação do sujeito, e assim ganha maior consistência, e propondo habilidades novas e descritas para cada ano. Há ainda o destaque dado no que se refere à relevância do multiculturalismo quando da seleção dos textos: assim são recomendados desde os clássicos até produções contemporâneas, e não deixando de contemplar a literatura indígena, africanas, afrobrasileiras, latinoamericanas e de literatura universal. A este fato Ganzela aponta como um avanço da BNCC em relação ao documento anterior o PCNs.

O aspecto seguinte diz respeito à análise linguística e gramática. A BNCC busca intensificar o entendimento dicotômico entre a análise linguística e a gramática, ou seja, quer trazer maior clareza por meio, inclusive, de exemplos do que é ensinar gramática e o que é na prática a análise linguística, o que pode significar maior espaço para cada uma delas durante a formação dos estudantes.

E o terceiro aspecto que mereceu destaque foi relativo às mudanças em termos de ensino da LP das práticas de multiletramento. Isso porque o crescimento e o avanço das novas tecnologias fizeram com que a sociedade se tornasse conectada, e assim criou-se um campo ampliado para novos gêneros discursivos, multimodais, colaborativos e híbridos (GAZELA, 2020). Neste sentido, a leitura representa uma completude e novas habilidades são expedidas como a habilidade de leitura de múltiplas linguagens que compõe um único texto e modalidades diferentes: verbal, escrita, verbal oral, sonora não verbal, visual etc. Não se fazia possível que a escola continuasse sem dar conta dessas novas margens de práticas sociais.

Contudo são apontamentos de Santo (2016) que, nas escolas brasileiras, os livros didáticos ainda permanecem sendo apontados como uma ferramenta fundamental no processo de aprendizagem. São publicações que tem o foco na promoção do conhecimento de alunos e professores por meio da organização de um conteúdo a ser transmitido nas escolas e que também norteiam o processo no planejamento e tratamento desses dados na sala de aula.

A aprendizagem requer que o uso de materiais didáticos, e estes correspondem à toda fonte que pode servir para enriquecer a atividade docente, a exemplo de livros, revistas, jornais, panfletos e anúncios. Os conteúdos passam a ser abordados de

maneiras variadas e o professor deve estar atento à essa diversidade das inovações e, assim, fazer uso da criatividade.

2.1 O PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: as transformações do material didático de Língua Portuguesa na atualidade

O ensino e a aprendizagem para o desenvolvimento de línguas são bastante peculiares. Isso porque se busca desenvolver nos alunos novas habilidades para que estes sejam capazes de executar tarefas e aplicar na prática os conhecimentos. Santo (2016) aponta que o conhecimento no ensino de línguas induz o aluno a adquirir uma capacidade de automatizar o uso deste conteúdo. Por exemplo, quando uma pessoa consegue ouvir, responder, ler e entender de forma imediata, ou seja, automática, é possível afirmar que este sujeito é fluente em uma língua. De forma que estabelecer um processo que dê maiores condições e habilidades, assim como desenvolvimento de técnicas a partir de um material didático, um instrumento fundamental, daí ser pouco provável estabelecer um curso de LP (ou qualquer outra) sem o suporte do material didático, pois este faz muita diferença ao processo de aprendizado.

É afirmação de Silva (2015) que a Língua Portuguesa corresponde a um sistema aberto e com múltiplas práticas de interações sociais, sejam estas orais ou escritas. Esta é desenvolvida por indivíduos que estão historicamente situados a perceber a linguagem no âmbito das relações sociais, ambiente onde ela está constituída de forma contínua.

Bortoni-Ricardo (2004) comenta que o processo de ensino relativo à Língua Portuguesa tem como característica a utilização de inúmeras linguagens, seus impactos discursivos e sociais. Ao longo da vida os sujeitos passam a desenvolver a comunicação e a interação com linguagens diversificadas, transformando-as em competências ampliadas em todo o período escolar, principalmente nas habilidades de linguagem escrita na norma padrão.

Cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social. Por isso, sabemos que a rede social de um indivíduo, constituída pelas pessoas com quem esse indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico. Além da rede social, com que o indivíduo efetivamente interage, devemos considerar também o seu grupo de referências, pessoas com quem esse indivíduo não interage

fisicamente ou por meios de recursos como internet, telefone, etc., mas tem como modelo para sua conduta (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 49).

Essas afirmações de Bortoni-Ricardo (2004) servem para ilustrar como as habilidades e competências possuem uso ampliado à esfera escolar. Isso porque se o sujeito não aprende o poder da comunicação, ele, na atualidade, passa a ter uma incapacidade social. Como aponta Soares (2007) o novo *sensorium*¹⁰ criou um ecossistema de comunicação que faz uso de linguagens não escolares. Signos e ícones se entrecruzam e passam a orientar a transmissão do conhecimento e por consequência a educação, e por isso as práticas pedagógicas estão mais dialógicas e planejadas coletivamente entre discentes e a cultura dos jovens com as novas tecnologias da comunicação e informação que permitem que os alunos se expressem.

A LP nesse sentido tem que ser uma disciplina capaz de atender às demandas do cotidiano dos indivíduos, e isso quer dizer que ela tem que ir além do que era tratada no passado e passar a responder às novas situações como as acima citadas. Os objetivos centrais do ensino de LP estão estabelecidos no PNLD, que dispõe: o processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita e da linguagem em situações mais complexas e variadas possível, principalmente no que diz respeito às formas da linguagem oral que circulam em espaços públicos e formais de comunicação (SANTO, 2016).

2.2 MATERIAL DIDÁTICO

Inicialmente, a discussão será em torno do papel dos materiais didáticos no processo de ensino e aprendizagem e a sua relevância. A qualidade e a efetividade do ensino e da aprendizagem não pode ser garantida apenas pela elaboração de um material didático por si só, isso porque o ensino e a aprendizagem não são ações de adesão instantânea mesmo considerando haver tecnologias educacionais para dar este suporte.

A reflexão acerca do conceito de material didático é apontada por Santo (2016), quando o autor questiona o uso apenas do livro em sala de aula para constituir um

¹⁰ Um *sensorium* é a soma da percepção de um organismo, o "assento da sensação", onde experimenta e interpreta os ambientes em que vive. Isso inclui a sensação, a percepção e a interpretação de informações sobre o mundo ao nosso redor, usando as faculdades da mente, como sentidos, percepção e percepção psicológica, cognitiva e de inteligência.

material didático. Para o autor, todas as ferramentas usadas com o objetivo de ensinar alguma coisa, e que se destine à didática passa a ser considerado como material didático. No ano de 2007 foi lançada pelo Ministério de Educação a cartilha *Equipamentos e Materiais didáticos*, com a finalidade de contribuir para a formação por meio de dimensões técnicas e pedagógicas intrínsecas ao uso de materiais e equipamentos didáticos.

O documento estabelece que os materiais didáticos são como recursos que correspondem às tecnologias educacionais:

Todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo. Nesse contexto, os mapas e os globos são materiais didáticos utilizados para a facilitação da aprendizagem. Da mesma forma, quando a professora usa palitos de picolé e canudinhos de refrigerante para ensinar matemática ou quando projeta um filme sobre a colonização do Brasil ou, ainda, quando planta sementes de girassol e feijão no ambiente escolar para ensinar o processo de germinação (BRASIL, 2007, p. 21-22).

O entendimento ora posto é de que o material didático possui um propósito com bastante clareza que é auxiliar a atividade docente. Santo (2016) cita a planificação, avaliação e execução como etapas de organização de conteúdo didático e que vão prever estratégias para executar e desenvolver exercícios para a avaliação do discente. Estas são etapas fundamentais ao processo do ensino e da aprendizagem e, portanto, devem compor o material didático.

O autor ainda se preocupa em esclarecer acerca das funções do material didático que deve priorizar a inovação. Na contemporaneidade há uma dificuldade em manter o caráter de ineditismo do material didático, visto que o mundo muda numa velocidade tão avançada e o fluxo de informações livres é tão grande que se torna difícil manter o caráter inovador do material, principalmente com o advento da internet e das mídias digitais.

Neste sentido é comum que um livro perca um tanto de atualidade mesmo decorrido apenas três anos do seu lançamento (SANTO, 2016). O ensino de línguas não poderia ter um comportamento diferente, pois a escola é um espaço para que o professor ministre sua aula de inúmeras maneiras e o uso do material didático é uma forma complementar para que a aula tenha um conteúdo oficial e atualizado, o que vai além do limite das páginas de um livro. Essa função inovadora se relaciona

parcialmente com o conteúdo, mas está muito mais presente nas maneiras de ensino, ou seja, na construção de uma metodologia diferenciada.

Neste sentido, se entende que quanto mais especializada for a ferramenta material utilizada no processo do ensino e aprendizagem, maiores serão as tendências de elas trazerem em seus conteúdos formas e funções de representação das épocas, dos métodos, das crenças e dos pressupostos teóricos daquela temporalidade (RANGEL, 2010).

Cada processo de ensino e aprendizagem é singular. Assim, há um limite entre a adequação e a eficácia dos materiais selecionados, e que contém a exploração didática de um mesmo texto podendo servir a diferentes propósitos, ou ainda ser abordada de formas diferentes e com isso ter repercussão diferenciada nos sujeitos.

Por outro lado, nossa própria experiência nos permite constatar que há materiais mais ou menos elaborados com a intenção de participar ativamente das condições de ensino- aprendizagem, mais ou menos adequados a uma determinada situação, mais ou menos eficientes, de melhor ou pior qualidade, do ponto de vista de um conjunto de critérios nem sempre explicitamente formulados, mas facilmente explicitáveis pelos sujeitos envolvidos no processo (RANGEL, 2006, p. 10)

O material didático, por vezes um recurso, representa em um maior ou menor grau uma forma de objetivar o processo do ensino e da aprendizagem. A representatividade desta ferramenta corresponde aos esforços dos sujeitos em razão dos movimentos, gestos e das expectativas presentes no exercício da docência. Nos conteúdos pode estar contido o conhecimento especializado exposto de forma complexamente excessiva para os sujeitos a que se destina.

Outro aspecto importante trazido na obra de Rangel (2006) aponta para as características físicas e a inserção social particular de cada material didático. Segundo Rangel (2006), cada tipo de material tem um modo de circular e, também, assume um valor cultural específico. Com isso ele quer dizer que um livro não tem a mesma forma de circular que um CD ou elementos como um globo terrestre; assim como não possuem a mesma significação de uma revista ou periódico.

Além disso, pode ser que para uma determinada escola seja mais acessível um determinado tipo de material e outro já não seja. Como exemplo o autor cita a utilização de CD-ROM que obrigatoriamente só pode ser utilizado por escolas que tenham o suporte de computadores. Outro aspecto importante de ser lembrado diz respeito a cada tipo de material que atinge e motiva um grupo determinado de

sujeitos, e outros não; assim os livros estarão presentes e tendo seu uso ampliado em instituições onde a leitura é estimulada. Cada material didático vai atuar conforme a sua inserção cultural e possuir, portanto, uma personalidade própria por meio do diálogo com os indivíduos que dele fará uso de maneiras peculiares.

Os materiais didáticos, desta maneira, representam as tecnologias da educação e, portanto, compreendem variadas formas de utilização e são parte indissociável dos métodos, técnicas e outros recursos que são articulados com o objetivo de auxiliar o processo de ensino e da aprendizagem. Cada tipo de material vai aproximar os sujeitos de maneiras diferenciadas, e assim, colaborar para que professores e alunos desenvolvam relações pessoais também diferentes, assim como o aprendizado implicado.

2.2.1 Tipos de materiais didáticos

Como já mencionado, existem vários tipos de materiais didáticos. De uma forma geral, qualquer material que se fundamente como uma ferramenta que tenha seu uso com a finalidade de uso didático pode ser considerado material didático. Por exemplo, a partir do seu uso uma apostila pode ser considerada como material didático da mesma maneira que um livro ou um artigo publicado na internet. Há, contudo, de se explicitar que tais materiais não passam por um crivo avaliativo criterioso a exemplo do que é feito com os livros didáticos que são aprovados pelo PNLD, o que induz pensar que podem apresentar alguma deficiência de conteúdo, por exemplo (SANTO, 2016).

Outros materiais também estão presentes na sala de aula:

Os livros paradidáticos são interessantes para complementar e aprofundar os conteúdos dos didáticos. Favorecem o trabalho com projetos pedagógicos e estimulam a produção escrita, com resenhas e fichamentos. As revistas, os jornais e a televisão são fontes documentais importantes na pesquisa e no debate de temas da atualidade, podendo contribuir para a formação da criticidade e dos valores sociais. Imagens, fotografias, obras de arte, peças e acessórios de época, vestuários, antiguidades favorecem a aproximação do conteúdo com a realidade, contribuindo para a aprendizagem significativa. Integrando o campo dos recursos visuais, os vídeos e slides não perdem o posto de articuladores do conhecimento com o mundo real. A leitura e a produção de mapas, o uso de globo, maquetes, miniaturas, linhas e medidores diversos de tempo favorecem o estabelecimento dos vínculos entre fatos, locais e datas (BRASIL, 2007, p. 108).

Assim há uma gama de materiais de cunho didático. Estes podem ser usados pelo professor conforme aponta o MEC no espaço da sala de aula e faz parte do processo de ensino aprendizagem e compõem uma linha pedagógica que foi adotada pelo docente, e concentram inúmeras informações sobre as atividades que são desenvolvidas.

De igual forma, a exposição de jornais, fotografias, livros, jogos e experiências e de outros materiais usados no dia-a-dia permite também que os alunos reconheçam aquele local como seu espaço de trabalho, que deve ser prazeroso. Entrar em uma sala de aula repleta de informações e recordações é muito diferente e muito mais interessante do que entrar em uma sala vazia, onde não há nada para ver, lembrar ou fazer. A sala de aula deve ser o lugar com o qual os alunos se identificam, têm afinidade exatamente porque devem circular por ela livremente, ter acesso a materiais e informações, aprender regras de convivência, construir conhecimento. Nessa perspectiva, o espaço, além de limpo, deve ser agradável, iluminado e bonito; características que lhe conferem um caráter essencialmente educativo (BRASIL, 2007, p. 56).

Além disso, no contexto escolar está cada dia mais comum que a elaboração dos materiais didáticos se faça por meio de ideias em portais didáticos, e que isso tem a finalidade de promover um processo inovador do livro didático, visto que este é uma ferramenta que é substituída de tempo em tempos e nem sempre isso se dá em um intervalo possível de atualização das obras. Essas medidas visam superar essa limitação imposta ao livro didático, um conteúdo impresso que perde esse caráter inovativo rapidamente, e o qual não se tem a oportunidade de atualização imediata como se tem com uma ferramenta virtual, por exemplo. Há, contudo, de se ter atenção visto que a inclusão digital ainda se apresenta como um desafio para uma parcela da população, principalmente em populações de baixa renda e que vivem em cidades mais periféricas.

Escolas e empresas que produzem conteúdo passaram a se adaptar e a fazer investimentos substanciais em portais na internet, uma vez que há uma ampla possibilidade de se desenvolver conteúdo com formas, apresentações dinâmicas e atualizadas, o que resulta em condições de diferenciação frente ao material didático. A gestão pública também já está ciente da importância das ferramentas digitais e tramitam medidas para aplicação dessa metodologia nas escolas públicas, o que irá consolidar a migração do papel para ambientes eletrônicos e faça com que o livro não tenha mais a mesma concretude que tinha há décadas passadas (SANTO, 2016).

O livro didático é um dos mais fortes e influentes recursos encontrados nas escolas brasileiras. Cabe a ele um papel bastante relevante: o de apresentar às crianças o mundo da escrita e sua forma peculiar de construir conhecimentos que são socialmente reconhecidos, legitimados, valorizados. E é essa legitimação social que faz com que seja o livro, ainda que em realidades culturais materialmente desenvolvidas, a âncora das práticas pedagógicas (BRASIL, 2007, p. 89).

O livro didático tem como função de informar e, também, de envolver o aluno sobre determinado conteúdo ainda apresenta grande força quanto ao seu uso no contexto escolar; é uma ferramenta tão presente no contexto das escolas no Brasil que legitima os conhecimentos sociais e apresenta um novo mundo às crianças e aos jovens. Fundamentalmente o livro visa promover a materialização e o domínio da leitura.

Um aspecto muito importante é ilustrado por SANTO (2016) quando diz que a realidade da escola no Brasil e, ainda mais intensamente, quando considerada a escola pública. É que muitas vezes o livro didático representa senão a totalidade, quase a totalidade da apresentação do conteúdo escrito usado na prática docente e, que, portanto, ferramenta com a qual o sujeito terá acesso.

Nas palavras de Coracini (1999) é possível entender a influência do livro didático como fonte única de consulta e leitura entre professores e alunos. O autor afirma que o ensino e a aprendizagem das línguas sofrem em variados níveis influência do uso do LD, e talvez por isso suscite nos pesquisadores da linguística o ensejo em realizar pesquisas para compreender o uso do livro didático como fonte primordial de consulta e leitura dos professores e alunos.

Os alunos de escolas públicas comumente têm poucas oportunidades de acesso a documentos escritos, e daí ser comum que o livro assuma um papel fundamental na comunicação escrita do discente (CORACINI, 1999). Outro apontamento importante é de que o livro muitas vezes assume um papel substituto do professor, fato disfuncional uma vez que ele deveria ser apenas mais uma ferramenta de apoio e suporte ao trabalho docente. A adoção de um livro didático não deve gerar uma dependência no que se refere aos métodos estabelecidos e ao conteúdo ali presente, ou seja, não deveria haver um papel de protagonismo com essa ferramenta na sala de aula, mesmo considerando seu alto grau de detalhamento e a possibilidade de mandar o aluno abrir uma página específica e fazer exercícios sabendo que se tem às mãos um detalhamento de informações necessárias.

É função do LD estruturar o conhecimento permitindo que o aluno tenha um aprendizado progressivo, obedecendo à uma lógica sequenciada, ou seja, através de etapas que se complementam visando o aprendizado com sentido para a vida real (SANTO, 2016). Assim, a escolha desse instrumento deve ser feita de forma mais qualificada possível, uma vez que os livros didáticos farão parte da vida escolar dos alunos, sendo usados de forma crítica e atuante na condução de um processo de ensino e aprendizagem, bem como atuem como apoio para interação tanto com outros materiais, quanto com equipamentos relacionados ao tema do curso.

O bom livro deve ser capaz de motivar o aluno por meio não apenas de um conteúdo, mas de seu aspecto visual e saindo da linearidade que dispõe seus assuntos. Ao manusear o livro o aluno deve interagir com este material rompendo com a ideia cartesiana de um conhecimento linear.

2.3 A METODOLOGIA DE ENSINO E AS NOVAS PROPOSTAS CURRICULARES: a síntese de uma trajetória

A década de 1980 foi demarcada por uma nova proposta de ensino de LP, usar o texto como parte central das atividades nas aulas de Língua Portuguesa, e, assim, houve a necessidade de reavaliar a metodologia de desenvolvimento das atividades que envolviam a leitura, a escrita e a análise da língua (SILVA, 2015).

A leitura e a escrita de textos passariam a ser ferramentas de práticas sociais. A ideia foi amplamente divulgada e teve uma aceitação positiva por parte dos docentes. Foram observadas, porém, as formas efetivas que mudanças em sala de aula no ensino de LP, ainda que considerando a atuação participativa dos professores e o amplo empenho dos mesmos a situação ainda não foi alterada a ponto de se tornar eficaz.

Rangel (2006) afirma que a adoção do livro didático em LP assim como também o uso de materiais de apoio a priori pode parecer uma missão simples e natural, que seja um reflexo de preferências ou de fatos empíricos de cada docente. Contudo, é importante ressaltar que inúmeros aspectos fazem interferências nesse processo e que ele tem muito mais complexidade na prática do que se imagina ter.

Na fase de planejamento, o docente deve observar inicialmente que medida oferece maior vantagem: se a adoção de um Livro Didático – LD ou se é mais viável

a elaboração de um material alternativo ou seleção de algum já existente. O passo seguinte será para escolher o livro e selecionar ou elaborar as melhores alternativas.

Ainda neste processo, Rangel (2006) aponta que existem muitas interferências que passam a guiar as escolhas do docente, sem deixar de considerar seu nível de experiência e as suas preferências. Uma das interferências diretas está nas diretrizes estabelecidas pela gestão escolar, da coordenação da área, dos colegas de equipes, dos pais dos alunos e, em alguns casos, até mesmo dos próprios alunos, que no cotidiano na sala de aula apontam opiniões para formar a experiência (práxis) do professor, uma vez que algumas turmas reagem bem a determinadas escolhas de LD, e outras tem maiores dificuldades. Externamente, aspectos mais amplos passam a interferir no processo de publicidade editorial, a exemplo das políticas públicas municipais, estaduais e federais relativas à educação.

A seguir apresentam-se os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo.

3 METODOLOGIA

3.1 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este capítulo, diz respeito aos procedimentos metodológicos usados para a elaboração da pesquisa, que teve como objetivo promover uma reflexão acerca do livro didático e as perspectivas da BNCC em virtude do PNLD 2021.

De acordo com Demo (2000, p. 16) “pesquisa é o processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo que é na base de qualquer proposta emancipatória”. Neste sentido, apresentam-se o delineamento da pesquisa, o contexto e os sujeitos da pesquisa, assim como o instrumento de coleta de dados e os métodos utilizados pelo pesquisador para a realização do estudo.

Propõe-se um estudo com a abordagem qualitativa. O estudo será do tipo analítico e exploratório, uma vez que se visou informar e responder a real importância da questão problema desenvolvida, e que contém informações disponíveis sobre o assunto já publicadas. Além disso podem também ajudar a identificar outros aspectos relevantes através de outras fontes de pesquisa (MINAYO, 2009).

O levantamento bibliográfico da área pesquisada serviu como base para o texto elaborado pelo pesquisador deste estudo, na abordagem do PNLD 2021 e as abordagens da BNCC relativa às Linguagens e suas Tecnologias, buscando-se enfatizar não apenas o tema, mas também as peculiaridades que envolvem os assuntos correlatos e suas aplicabilidades.

Conforme ainda Minayo (2009, p. 21) esta abordagem está pautada:

[...] com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (...) O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Observou-se para este estudo a classificação como exploratório-descritivo, por serem estes os melhores correspondentes às necessidades da pesquisa. Gil (2002) classifica a pesquisa exploratória como um estudo que visa proporcionar maior familiaridade com a questão problema, tendo como intenção torná-lo mais explícito. Já a pesquisa descritiva é aquela que se foca objetivamente de maneira primordial à

descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Faz uso de técnicas padrões de coleta de dados, a exemplo de questionários e observações sistemáticas.

Este tipo de método é usado por pesquisadores quando os estudos se propõem a responder o motivo pelo qual determinado fenômenos são decorrentes, o que demonstram uma abordagem estratégica para casos em que haja pouca possibilidade de controle, acerca de eventos abordados, e em que o foco de interesse esteja em fenômenos atuais. A escolha por este método se deu justamente por este ser uma forma completamente equiparável para este tipo de pesquisa, levando-se em consideração que foi definida uma questão problema, que deve ser respondida ao final da pesquisa.

No estudo aqui realizado inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, que de acordo com o conceito de Gil (2002) é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral; bem como a percepção empírica do pesquisador baseada nas atividades laborais exercidas pelo mesmo.

No presente estudo estabeleceu-se a técnica de análise de conteúdo e tratamento de dados. Esta técnica se estabelece em duas fases: a primeira delas corresponde a descrição ou preparação do material. A segunda interferência ou dedução e a terceira e última fase a interpretação do conteúdo (GIL, 2002).

O trabalho está focado em uma etapa inicial onde se elaborou um estudo teórico, o que se apresenta conceitos dos estudiosos da área e serviu de embasamento teórico para a etapa seguinte do tema. Assim, na segunda etapa o trabalho dedicou-se à explanação do PNLD 2021 no que se refere à Linguagem e suas Tecnologias.

No vigente ano ocorreu a inscrição das obras na fase 1 onde houve a aprovação pelo MEC dos livros que devem ser postos à disposição no ano seguinte, 2021, para adoção dos professores.

Os livros da Fase 1 são novas propostas no contexto escolar. Até o último PNLD, os livros eram por componente curricular. Uma das mudanças sugeridas pela BNCC é integrar os conhecimentos das áreas em livros únicos: um que trabalha com projetos (Fase 1) e outros que trabalham os conteúdos de forma sistematizadas, que fazem parte da Fase 2.

4 DESCRIÇÃO DO PNLD 2021

Na contemporaneidade, existe uma discussão acerca do uso ou do não uso do livro didático nas escolas por professores e alunos, tal temática compõe um tema polêmico. Assuntos correlatos desse tema estão focados em discutir a autonomia do professor, os conteúdos programáticos presentes nos livros, receita de vieses ideológicos dos mesmos, as dissonâncias conceituais presente na obra, a memória acerca do uso do livro escolar, as especificidades do livro didático em razão de cada matéria de cada série.

Não foi à toa que a gestão escolar passou a ter uma visão crítica em relação ao livro didático que se associa principalmente ao caráter mercadológico responsável pela produção e comercialização desses materiais. Em relevante ainda a discussão sobre a baixa qualidade dos mesmos, o que induz pensar ser de grande valia para a criação de um programa de combate aos problemas que envolvem estas questões. Assim nasceu o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, que embora não tenha solucionado todas as críticas e problemáticas, e o mérito de submeter toda a produção há um processo de avaliação que, de muitas maneiras, foi para a melhoria da qualidade dos livros didáticos que são disponíveis às escolas públicas em todo país.

As relações culturais, econômicas e sociais dependem de alguma maneira dos avanços científico e tecnológico, um desafio que causa impactos nessas relações. A escola nesse contexto não representa um espaço inerte às tensões que estão presentes na sociedade. Ao invés disso, a escola passou a exigir novas interações que resultam em relações e tratamento da informação por meio da construção de conhecimentos, e assim, contribuir para que os alunos têm a maior compreensão da realidade, bem como ativa no cenário escolar.

Nesse sentido, o conhecimento é a resultante entre a reflexão sobre a realidade e a ação do indivíduo, ou seja, corresponde a um processo que não se finaliza na aquisição específica do saber que está pautado em conceitos valorados em cada uma das áreas do conhecimento, assim como também componentes que compõem o currículo escolar.

Outro aspecto relevante diz respeito à dinâmica da Educação. Esta por sua vez envolve valores, capacidade de mobilizar o conhecimento de inúmeras maneiras, a práxis traduzida em práticas da vida cotidiana, sem deixar de lado a importância em

transmitir e construir relações sociais. É por essa razão que a dinâmica Educacional precisa estar alinhada com as transformações científicas e culturais da sociedade.

Hernandes; Barreto (2019) afirmam que as práticas educacionais decorrentes do cotidiano escolar devem promover uma série de questionamentos por parte dos Estudantes. Assim é possível levantar problemas bem como situações que irão caracterizar os modelos de vida da sociedade como um todo e, mais especificamente, a comunidade que essa população faz parte. Isso quer dizer que essas práticas não devem estar dissociadas da realidade e do contexto escolar, deve ser inclusivas e ter uma capacidade de emancipação que suscita a capacidade de conscientização, pensamento crítico e engajamento dos jovens alunos.

A transformação em diferentes contextos se dá através do domínio das competências habilidades e procedimentos básicos com auxílio de instrumentos que promovem o entendimento da realidade e isso tem fundamental importância. Os contextos sociais apresentam níveis de letramento cada vez maior, e o fluxo de informações se dá de maneira cada vez mais intensa, sendo assim o conhecimento científico e tecnológico é um aspecto determinante para as vivências e suas relevâncias, bem como os contextos em que os jovens estão inseridos e pode desta maneira experienciar o processo de formação pessoal e social. É nesse sentido que Hernandez; Barreto (2019) afirmam que a decodificação dos códigos escritos e numéricos não são os únicos aspectos importantes e que devem ser levado em conta, leva-se em consideração também a contextualização dos signos, a compreensão e seus usos, as variadas funções sociais e a proposição de intervenções efetivas e que possuem um significado baseado no conhecimento adquirido no contexto escolar.

Nesse sentido, importante que o professor tem a consciência da importância de constantemente repensar sua práxis, ou seja, refletir sobre o seu papel conceitual e a própria função de ensinar. Em uma reflexão retórica Hernandez; Barreto (2019) trazem à baila os seguintes questionamentos: o que é conhecimento? O que é inclusão? O que são práticas juvenis? É possível transformar o ambiente escolar em um espaço com característica da cultura da Paz, pelo Espírito inovador e empreendedor, por uma estética sensível à criatividade? O professor pode desempenhar um papel de protagonismo obedecendo às distintas maneiras de compreender a realidade do ensino no Brasil? Todos esses questionamentos trazidos pelos autores servem para ampliar os novos direcionamentos cabíveis no PNLD.

O novo PNLD 2021 não propõe, contudo, eliminar os conhecimentos que ao longo dos anos de formação escolar foram adquiridos pelos estudantes, o que se quer em verdade é potencializar tais conhecimentos e apertar novas alternativas consistentes na estrutura de trabalho, visto que estas são embasadas em projetos integradores, e neste caso específico, trataremos da área de Linguagens e suas Tecnologias.

Isso significa dizer em outras palavras que a práxis educacional da contemporaneidade está pautada em projetos que visam agir de maneira consciente em situações diferenciadas, integrar questões da realidade social ao cotidiano escolar, situação de aprendizagem, que corresponde às demandas e que precisam estar adequadas aos interesses dos alunos do ensino médio.

Ainda em relação a estes projetos é preciso também que o professor lance um olhar crítico para a realidade, com o objetivo de desvelá-la e, portanto, ser capaz de promover intervenções concretas na comunidade. A respeito dos pressupostos Hernandez; Barreto (2019) afirmam que existe um compromisso em razão da formação destes alunos que levam em consideração os vários conhecimentos, habilidades, procedimentos e valores contidos nas propostas dos projetos formadores do PNLD 2021. Isso posto significa que há um embasamento pautado em uma perspectiva humanizada dos problemas e que estimulam a participação da Comunidade em uma ação Cidadã e que na prática corresponde a uma viga mestra entre compartilhamento de resultados e produtos finais da sociedade.

Deve-se ainda haver uma compreensão no sentido de que o cotidiano da sala de aula passou a ser organizado para execução de projetos, e isso nem sempre resulta em uma ação simples. Isso porque mudar a rotina de trabalho em sala de aula requer uma estratégia e um planejamento. De forma que o novo trabalho educativo quer revelar experiências pedagógicas capazes de transformar a vida dos alunos em algo mais significativo por meio da potencialização e acompanhamento das atividades escolares.

O alcance do PNLD 2021 situa-se em uma diretriz teórica que avalia e elenca livros, considerando ou não eles aptos a serem usados na escola pública. Assim, visa também aprofundar as reflexões acerca da importância do ensino médio, a etapa final da Educação Básica. Posteriormente, as ações estarão pautadas em discutir as características dos alunos que estão matriculados neste segmento de ensino, bem como realizar novas alternativas de abordagens, porque é importante estabelecer um

conteúdo conceitual, atitudinal e procedimental conforme dispõe cada projeto avaliado, e assim alcançar uma formação mais completa destes alunos.

Ainda como forma de descrever o Programa se faz necessário falar sobre a Constituição do PNLD. De acordo com as diretrizes do MEC¹¹, o programa se constitui na avaliação, compra e distribuição de materiais didáticos, pedagógicos, literários e que servem de apoio para a prática educacional. Este material é disponibilizado de maneira gratuita às escolas de ensino fundamental, médio e, também, na modalidade regular da Educação de Jovens e Adultos – EJA das redes federal, estadual e municipal (BRASIL, 2020).

A respeito dos objetivos do programa, tem-se a busca por levar material didático adequado a cada série educacional por meio da observação minuciosa e posterior escolha. O programa desenvolvido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2020) possui quatro níveis de ensino e em conformidade com a rede pública brasileira podemos citar:

- ✓ Educação Infantil;
- ✓ Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);
- ✓ Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano);
- ✓ Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O MEC em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE são os responsáveis pela organização do programa. Através do Decreto nº 9.099 promulgado em 18 de julho de 2017 foram promulgadas medidas a serem tomadas para aquisição e distribuição de livros didáticos e literários.

Anteriormente, estas medidas eram de responsabilidade do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD em parceria com o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE que agiam de maneira unificada. O PNLD expandiu e entre suas novas atribuições se tornou mais amplo, e tem o entendimento que agora é representado por material didático, ou seja, criou o escopo dando maior possibilidade de inclusão

¹¹ BRASIL, Ministério da Educação /MEC (2020). **PNLD Conectado2021**. Novo Ensino Médio. Coordenação-Geral De Materiais Didáticos - COGEAM 13 SEBASTIÃO VITALINO DA SILVA – Coordenador-Geral Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5º Andar, Sala 516, CEP: 70.047-900 – Brasília – DF, Fones: (61) 2022 8419 / 8427 Emails: cogeam@mec.gov.br; sebastiao.silva@mec.gov.br. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2019/127821-9-mec-pnld-sebastiao-vitalino-apresentacao-pnld-conectado-2021-novo-ensino-medio/file>>, acesso 06. Nov. 2020.

de outros materiais de apoio para a educativa, assim como também outras obras didáticas e literárias (BRASIL, 2020):

- ✓ Obras pedagógicas;
- ✓ Softwares e jogos educacionais;
- ✓ Materiais de reforço e correção de fluxo;
- ✓ Materiais de formação;
- ✓ Materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

Ainda em relação às dimensões do programa, notou-se que de acordo com o Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2020), o PNLD também passou a atender às distribuições educacionais infantis de caráter comunitário, acional ou filantrópico, ou sem fins lucrativos ou ainda conveniados ao poder público.

O impacto decorrente da boa escolha de um material didático está diretamente ligado à qualidade de ensino e no nível de desempenho que os alunos podem atingir em sala de aula. Outro aspecto relevante é observado pelo MEC se dá em razão da pluralidade do ensino no Brasil, um país continental, onde apenas os próprios professores e membros das escolas são capazes de avaliar que livros atendem melhor às demandas dos Estudantes.

De forma que para executar o PNLD é preciso uma alternativa que incluam os ciclos de educação e suas demandas sendo atendidas em anos diferentes, bem como o fato que a escolha ocorra em um período de utilização do material com um ano de antecedência.

Acerca do seu funcionamento foi possível observar que o PNLD corresponde a períodos alternados, a escolha dos livros didáticos para cada nível do ensino público passa a ser atendido pelo programa no intervalo de quatro em quatro anos. A serem citadas: O processo tem seu início na fase de adesão das escolas ao programa, e em sequência passa pela publicação dos editais, a fase final corresponde à distribuição e recebimento dos materiais didáticos nas escolas relacionadas.

É importante compreender cada etapa desta escolha, teremos mais subsídios para o entendimento do edital a ser analisado ainda neste estudo. Assim, fase chamada adesão é o momento em que as escolas que desejam participar do PNLD passam a manifestar o seu interesse normalmente por meio de um termo de adesão.

Deve ter atenção as questões que envolvem prazos, normas, obrigações e procedimentos que são estabelecidos pelo Ministério da Educação MEC.

Sua publicação é realizada no Diário Oficial da União – DOU e disponibilizados no portal FNDE¹² da internet. Depois disso e terminado o prazo são estabelecidos quais regulamentos devem ser seguidos para a inscrição das obras disponibilizadas pelas editoras, e essa só tem permissão de mencionar algo respeito das obras escritas no momento posterior à aprovação do MEC (FNDE/MEC, 2020).

É realizada ainda uma etapa que corresponde a triagem e avaliação. Nesta etapa é possível determinar se as obras escritas estão de acordo com as exigências técnicas e físicas descritas no edital através de uma triagem realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT. Ao final desta etapa os livros selecionados podem, enfim, ser encaminhados para Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, para que assim o membro responsável pela avaliação pedagógica possa analisar e elaborar resenhas dos livros que foram aprovados e que vão compor o guia de livros didáticos (FNDE/MEC, 2020).

A etapa de escolha é realizada após a aprovação dos diretores e professores. Esses profissionais analisam e escolhem os livros por meio de um processo de caráter democrático. A partir daí é possível formalizar as escolhas dos livros através do pedido, etapa que é realizada via internet. O FNDE disponibiliza uma senha para que as escolas possam fazer suas escolhas através do portal online, ou ainda por meio de um aplicativo específico disponibilizado também neste mesmo portal do órgão (FNDE/MEC, 2020). Por meio da compilação desses pedidos realizados e o início do processo de negociação com as editoras, etapa decorrente, uma negociação entre o FNDE e as editoras. Concluída tal negociação, o órgão assume as responsabilidades estabelecidas no contrato e assim é possível definir que quantidade de livros deve ser produzidos, como os locais de entrega. É uma etapa onde se tem a supervisão técnica e direta do FNDE.

Restam ainda três etapas importantes que são análise de qualidade física onde o órgão responsável o IPT deve acompanhar o processo de produção, e seguindo as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas realizam a coleta de amostras e análises das características físicas dos livros produzidos, que devem estar

¹² FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. **Edital PNLD 2021**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>>, acesso em 06. Nov. 2020.

de acordo com as normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados. Em seguida, os livros são encaminhados através de um contrato entre o FNDE e a empresa brasileira de Correios e Telégrafos - que transporta os livros diretamente da editora para as escolas, ocorrendo assim a distribuição.

Por fim, na última etapa chamada recebimento, os livros adentram as escolas geralmente no mês de outubro do ano anterior que irá atender o início do ano letivo subsequente. Escolas pertencentes a zonas rurais as entregas são feitas frequentemente nas sedes das prefeituras ou ainda das secretarias municipais de educação que são os órgãos responsáveis por efetivar a entrega dos livros ao destino final, ou seja, os alunos matriculados na rede pública.

4.1 OS OBJETOS DO PNLD

Várias foram as mudanças no novo ensino médio. A lei nº 13.415/2017 veio para tornar o ensino médio mais flexível e para estimular a autonomia dos alunos. Além de mudanças na carga horária e na metodologia, a lei também traz novidades para o PNLD. Entender essas mudanças consiste em compreender os novos paradigmas estabelecidos pelos cinco objetos que serão faseados no biênio 2021/2022.

Conforme os dados dispostos pelo Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2020) no Edital de Convocação¹³, o objeto 1 será o primeiro a chegar nas escolas no ano que vem, 2021. E traz novidades como as obras de projetos integradores, que apresentam diferentes propostas e que trabalham diversas competências da BNCC.

Em razão da BNCC e seu grupo de competências propostas depois se determinar os direitos de aprendizagem de todo aluno que cursa a educação básica no país. As competências são como fios condutores, e assim, devem compor o currículo escolar com habilidades e aspectos da aprendizagem essencial que estão especificadas no documento da base, bem como daqueles que serão inseridos nos currículos locais.

¹³ EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2019 – CGPLI **Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>>, acesso em 06. Nov. 2020.

A respeito das Competências Gerais é importante a compreensão que de que estas não devem ser interpretadas como um componente curricular, e sim tratada de maneira transdisciplinar, isto é, que estejam presentes em todas as áreas do conhecimento e etapas da educação. A cerca do Programa 2021 e conforme as diretrizes da Base foram definidas competências pautadas nos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de Conhecimentos, que garantem habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no novo século.

De maneira tal que, as competências e habilidades, presentes no ensino buscam atribuir maior significado ao aprendizado de sala de aula, onde o material didático passa a ser composto de quatro livros diferentes para cada área de conhecimento, a saber: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências humanas e Sociais Aplicadas. Assim cada livro contará com seis projetos diferentes além de videoaulas gravadas para auxiliar na construção do PNLD, que conta com uma novidade: o projeto de vida que tem como objetivo ajudar crianças e adolescentes a lidar com seus sentimentos e projetarem suas vidas, emocional e profissionalmente. O material didático do projeto de vida aborda diversas características da nossa sociedade, e está dividido em três dimensões: autoconhecimento, o encontro consigo; expansão e exploração, o encontro com o ou outro mundo e planejamento, o encontro com o futuro e o próximo (BRASIL, 2020).

O objeto 2 corresponde às Obras didáticas. Este encontra-se dividido por áreas do conhecimento, de língua portuguesa e matemática. Objeto 3 são as Obras de formação continuada para professores e gestores. Objeto 4 se referem aos Recursos digitais. E, finalmente, o Objeto 5 dispõe as Obras literárias (BRASIL, 2020). Os próximos anos serão de grandes transformações. Isso significa afirmar que, alunos, professores, gestores e a comunidade escolar precisam estar atentos às novas demandas do ensino e da aprendizagem, pois o conteúdo programático necessita estar em concordância com a realidade exterior ao da escola.

A Secretaria de Educação realiza uma análise para a adotar as obras didáticas, e nesta etapa se realiza também uma atividade exercida por professores, escolas e gestores, e que denota propriamente a escolha de modelos.

O gestor da escola realiza um cadastro no PDDE Interativo e, assim, através do registro ele pode fazer suas sugestões. O registro da escolha deve ser feito

exclusivamente pelo diretor escolar, mediante senha e CPF cadastrados, não sendo permitido que nenhuma outra pessoa use de tal recurso. Cada localidade através da sua rede de ensino se torna responsável pela escolha bem como pela informação desta de qual modelo foi considerado mais adequado para aquelas escolas e professores locais.

É possível identificar três alternativas viáveis: A primeira delas é a categoria "único para cada escola": Cada escola registra as suas decisões internas e recebe as coleções solicitadas. A segunda categoria é "único para cada grupo de escola": Corresponde há uma escolha coletiva para um grupo de escolas que passam a receber o mesmo material. E, por fim, a categoria "único para todas as escolas da rede": Todas as escolas da rede passam a receber exatamente o mesmo material.

Nessa versão o PNLD 20/21 atenderá às escolas públicas em que funcionam o ensino médio (1º, 2º e 3º ano) com a escolha da fase 1, e as quatro obras que compõem os projetos integradores, bem com uma obra que compõem o projeto de vida.

4.2 O EDITAL DO MEC

O Programa Nacional do Livro Didático existe desde 1937, e sofreu muitas alterações nestes mais de 80 anos de existência. Foi apenas a partir de 1995 que os livros passaram a ter o acompanhamento de um grupo de especialistas. Tais profissionais são contratados por universidades federais e elaboram uma lista de livros que podem ser adotados por escolas.

O livro didático na atualidade desafia não apenas o professorado, mas a comunidade escolar como um todo e manter-se atualizados em função da busca contínua por melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

O Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE faz a distribuição através de um convênio com os Correios, e assim, os livros são distribuídos em todas as escolas da rede pública, sejam escolas municipais, estaduais ou federais e os alunos recebem os livros em sala de aula. Este material adquirido é patrimônio da escola pelo período de três anos, e passa a ser emprestado ao aluno regularmente matriculado de maneira individual e intransferível. Todos os alunos matriculados têm o direito de acesso a este material gratuitamente. Ao final do ano letivo o aluno deve

fazer a devolução deste material à coordenação da escola para que outro aluno possa fazer o mesmo uso no ano subsequente.

O material escolar selecionado tem, conforme já comentado, a validade de 3 anos e após esse período ele precisa passar por um processo de reavaliação totalizando ao todo o ciclo de 4 anos entre recebimento e troca. Em entrevista ao *Jornal da Cultura* veiculado em maio de 2020, o professor Egon Rangel (membro do MEC) integrante da comissão técnica e responsável pela avaliação da língua portuguesa adverte que o critério de reavaliação obedece a cinco critérios específicos: o primeiro deles é o respeito à Constituição Federal, o segundo é referente à legislação e com uso do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A correção conceitual, os aspectos de coerência teórica e metodológica é o terceiro critério. Quanto ao manual do professor que corresponde as alternativas em deixar a aula interessante ao aluno forma o quarto critério. E, por fim, o projeto gráfico e editorial como quinto critério e que deve estar adequado para a série e os livros relatados pelo professor.

O Ministério da Educação lançou o Edital De Convocação¹⁴ para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD para assim determinar as condições, normas e formatos adequados aos livros didáticos que podem servir para ser adotados nas escolas. Conforme já explicado, o PNLD 2021 vai obedecer a duas fases que serão encerradas no ano que vem e determinaram a distribuição e organização das escolhas relatadas.

Na primeira fase visou-se determinar o objeto 1, que é o correspondente aos projetos integradores e projeto de vida. Na segunda fase se tratou o objeto 2, que correspondeu aos livros didáticos por área de conhecimento. Quanto ao objeto 3 pode-se delinear as obras de formação para professores e gestores.

Os recursos digitais estão presentes na escolha do objeto 4 e, por fim, o objeto 5 que tratou das escolhas sobre as obras literárias. Em razão da primeira fase as escolas devem optar por fazer uma escolha destinada a cada aluno: quanto aos projetos integradores um livro para quatro áreas de conhecimento, ou seja, totalizando quatro livros; o projeto de vida trará apenas uma obra didática. É importante lembrar que o caráter de reutilização dessas obras terá ciclo de uso máximo previsto de quatro anos.

¹⁴ Idem ao Edital de Convocação Nº 03/2019.

4.2.1 As mudanças decorrentes no PNLD 2018/2021

O Brasil é reconhecidamente um país de grande diversidade, sim é comum perceber a complexidade e as dimensões continentais do país; de forma que cada região, cada município, cada comunidade, cada escola, cada equipe de professores possui uma história peculiar, o que significa dizer que possui singularidade sem necessidades que não devem deixar de ser reconhecidas no contexto de políticas públicas escolares.

Induz pensar que cada contexto exige uma definição de objetivos e finalidades específicas e que vão alterar as escolhas e os usos do livro didático. O respeito dessas especificidades do contexto escolar e que segue uma realidade diferente propõe indicativos de orientação para se definir o processo de cada escolha. Além disso, existem inúmeras obras cujas resenhas não se assemelham. Isso quer dizer que o tratamento teórico, conceitual e metodológico que orienta a sua elaboração é diferente entre si, ou seja, conduzem a propostas didáticas organizadas de forma a estimular dinâmicas de trabalho variadas.

A escolha desse material deve obedecer a critérios, nos quais professores estejam organizados em grupos para realização de um planejamento, como leitura e análise dos guias avaliando as estruturas Gerais e as especificidades de cada componente curricular.

O Programa corresponde a uma política estatal. De forma que tornou o livro didático em um objeto acessível para um percentual próximo à totalidade de estudantes matriculados regularmente em escolas públicas em todo país. Contudo, se faz necessário o entendimento de que esta política requer revisões constantes de forma que sejam consideradas as possibilidades de o livro didático ser um produto consumível, bem como este possa gradualmente ser substituído por outras ferramentas de mais fácil atualização do conteúdo dada à velocidade das informações nos dias atuais.

O PNLD se direciona à aquisição, bem como à distribuição de livros aos alunos da educação infantil, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio. Na atualidade, o seu funcionamento passou a ser sistematizado em seis fases tendo como etapa inicial a inscrição das editoras para participar de um edital emitido pelo MEC, e assim terem seus livros submetidos à análise. Tal edital fornece detalhadamente as normativas de inscrição do livro didático, e é composto desde as

especificações técnicas a exemplo da gramatura do papel, até o conteúdo a ser apresentado nas coleções didáticas.

O ponto de interesse deste estudo em comparar os dois editais diz respeito apenas às características das obras didáticas. O edital de 2018 foi composto com os passos fundamentais para que as escolas pudessem escolher os livros que mais se afinavam aos projetos políticos e pedagógicos, bem como aos trabalhos que os professores desenvolviam em suas atividades cotidianas. Buscou-se o enfoque nos princípios didáticos e pedagógicos para a fase de avaliação das obras inscritas neste ano.

O processo de avaliação do PNLD 2018 teve início com a publicação do Edital de Convocação 04/2015 – CGPLI, no Diário Oficial da União de 02/02/15, documento orientador das editoras para a inscrição das coleções didáticas a serem submetidas à avaliação pedagógica. De forma que, no Edital de 2018, viu-se que as obras eram avaliadas de acordo com os componentes curriculares de língua portuguesa, matemática, história, geografia, física, química, biologia, língua estrangeira moderna (inglês/ espanhol), sociologia, filosofia e arte e que se destinam aos estudantes e professores do ensino médio.

As obras didáticas neste edital se encontravam disponíveis conforme uma proposta pedagógica única, na qual o ensino e a aprendizagem significavam os componentes curriculares disponíveis por três anos no nível de ensino médio. As obras tinham que atender às normas do acordo ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

O edital 2018 já propunha a realização de um diálogo com as novas demandas e vivências sociais que o jovem apresenta na contemporaneidade,

Nesse processo, o diálogo efetivo e constante com as culturas juvenis é fundamental, assim como a abordagem interdisciplinar dos objetos de ensino e aprendizagem que devem ser levados em conta no planejamento do ensino e nas práticas de sala de aula. A cultura socialmente legitimada e predominantemente letrada de que a escola é, ao mesmo tempo, porta-voz e via de acesso, não deve se impor pelo silenciamento das culturas juvenis que dão identidade ao alunado do ensino médio e com as quais o jovem da escola pública convive. Sua relevância deve, antes, evidenciar-se num diálogo intenso e constante, em que seus valores e sua pertinência para a vida do cidadão sejam explicitados e discutidos (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2018).

O jovem deverá deter de uma condição em que possa exercer o protagonismo social. E para tal, precisa estar apto para organizar projetos no âmbito escolar. E isso foi disposto no edital de 2018 apresentando perspectivas promissoras de articulação entre os temas e os objetos de estudos dos componentes curriculares. A escola deve ser vetor para que o aluno possa ter oportunidades e recursos para uma aprendizagem de significação social, cultural e políticas imediatas, isto é, ter uma experiência com relevância social e cultural bem como os conhecimentos difundidos na escola.

A interdisciplinaridade era apontada como um aspecto importante no edital e uma maneira de promover um diálogo acerca dos valores pertinentes para promover a cidadania. As obras deveriam deter-se de um caráter para elaboração que tanto contemplasse o uso individual de cada aluno fora do contexto da sala de aula, como propiciassem o uso em coletividade na sala de aula, a partir das orientações dos professores.

Para as questões relativas ao ensino e à aprendizagem os pressupostos para LP no edital 2018 eram compatíveis à cultura jovem. As práticas sociais e a aquisição de conhecimentos especializados já foram abordadas nesta edição do PNLD em razão da dupla condição do ensino médio que é a etapa final da educação básica e que pode ou não orientar o aluno para uma saída profissionalizante e, assim, conduzir o aluno ao ensino superior. O entendimento de que o ensino médio é uma sequência subsequente do ensino fundamental e que requer uma continuidade obedecendo às demandas sociais inerentes implica saber que o desenvolvimento de uma linguagem oral e escrita deve tornar o aluno a ter uma compressão linguística própria do ambiente democrático.

De forma que entre os pressupostos do edital/18 houve a valorização do uso formal da língua obedecendo seu caráter de diversidade dialética; o aprofundamento das capacidades de reflexão acerca da língua e da linguagem, bem como a introdução necessária dos conhecimentos linguísticos e literários e que não representam apenas instrumentos, mas sim, objetos do ensino. Para tal, o edital propõe a sistematização progressiva dos conhecimentos metalinguísticos que são resultados das reflexões acerca da língua e da linguagem, onde as atividades de leitura, escrita, produção e compreensão textual e oral detém de um contexto apontado ao uso, ganhando desta maneira status de prioridade do ensino e da aprendizagem e tendo como consequência inovações pedagógicas referentes ao estudo da LP.

O edital propunha que o uso da língua obedecesse às condições sociais e suas demandas, nas quais houvesse uma construção correlata de conhecimentos linguísticos e descrição gramatical, assim a produção textual deveria ser pautada no uso efetivo da língua e não por situações didáticas criadas de maneira artificial.

No campo mais amplo da Linguagem, é no ensino médio que os conhecimentos sobre literatura são apresentados ao estudante; neste sentido, a proposta deve contribuir para uma prática de leitura focada na formação do leitor literário, organizando diferentemente o livro didático, no sentido de, no primeiro ano, propiciar o contato efetivo do estudante com textos de gêneros variados, com foco na relação destes com o mundo e na discussão dos temas, perspectivas e formas que caracterizam a obra dos autores estudados (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2018).

E, por fim, ficou disposto no edital que as séries que compõe o ensino médio os textos deveriam ser orientados sob contexto de produção sobretudo nas escolas literárias de acordo com os paradigmas de interpretação e de estilos da época.

Sobre o edital vigente, PNLD 2021, percebeu-se ser o primeiro orientado pelas diretrizes da Base Curricular. Assim, ele passou a ser orientado por cinco objetos e que em conformidade a estas especificações dispõe as obras didáticas que se destinam aos estudantes e professores do ensino médio: Projetos integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias, Projetos integradores da área de Matemática e suas Tecnologias, Projetos integradores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Projetos integradores da área de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas e suas Tecnologias e Projeto de vida. Portanto, a obra didática de Projetos Integradores será formada por seis projetos para cada área do conhecimento.

O novo edital apresenta uma novidade de caráter técnico com recurso de áudio visual. Assim, para cada projeto deve ser apresentado um videotutorial correspondente, totalizando seis videotutoriais por obra, com duração de 5 a 10 minutos. Cada videotutorial tem caráter complementar, devendo retomar elementos-chave da obra impressa em linguagem audiovisual de fácil entendimento e que seja atrativa aos professores e aos alunos. A apresentação deste material é obrigatória e o resultado de sua avaliação condiciona a aprovação da obra.

A pesquisa ora realizada destacou alguns aspectos de avaliação do edital que sofreram mudanças no ano vigente. Assim, avaliação das obras submetidas a inscrição do PNLD 2021 buscaram garantir a qualidade do material a ser encaminhado na escola, também incentivar produção de materiais com características ainda mais

adequadas as necessidades da educação pública brasileira, em questão de acordo os objetivos estabelecidos pelas legislações da Educação Básica, a exemplo da BNCC.

Em razão dos projetos integradores viu-se uma parte de acolhimento aos jovens, é necessário considerar que a formação dos sujeitos a partir dos critérios podem possibilitar o desenvolvimento das 9 competências Gerais citadas na Base Curricular e que se distribuíram os seis projetos integradores por cada área do conhecimento.

Cada obra apresentou seis o livro, porteiro integrador que deveria ser trabalhado de forma sequencial obedecendo o modelo de aulas explicadas a partir do manual do professor. Em razão das obras didáticas da área de linguagens e suas tecnologias viu-se que é de todos os volumes da obra buscavam consolidar e aprofundar os conhecimentos, idades, e valores desenvolvidos durante as séries da educação básica.

As competências gerais e habilidades relacionadas com linguagens e suas Tecnologias descritas na BNCC também estiveram contempladas no edital, de maneira integrada com outras áreas e mais especificamente com a área ciências humanas e sociais aplicadas. Assim aspectos a prática de pesquisa social passaram a ser abordada ao longo dos volumes.

Além de serem contempladas todas as competências e habilidades dessa área prescritas na BNCC, deve-se contemplar as habilidades de Língua Portuguesa relacionadas a todos os campos de atuação e as específicas do campo das práticas de estudo e pesquisa e do campo artístico-literário.

Devem ser contempladas as 8 habilidades específicas presentes no campo das práticas de estudo e da pesquisa e as 9 habilidades específicas relacionadas ao campo artístico-literário para assegurar o desenvolvimento do ponto de vista das linguagens, da análise crítica, criativa e propositiva dos temas afeitos aos princípios da ética e que fazem parte da construção de uma identidade cidadã que garanta um convívio social.

O edital se debruçou ainda sobre as questões para assegurar o desenvolvimento do ponto de vista das linguagens, com enfoque para a análise crítica, criativa e propositiva da produção sob o que concerne a circulação e a recepção de textos de divulgação científica e de mídias sociais. O edital considera haver elementos presentes nestes textos e que compõem os gêneros discursivos importantes para que

o jovem possa desenvolver procedimentos de uma leitura multimodal e inferencial. De maneira que as obras devem conduzir o aluno a valorizar a prática científica baseada em uma tomada de decisão cientificamente informada, bem como ao desenvolvimento de processos de investigação.

O cotidiano também foi explorado no edital. Assim, os conceitos de linguagens passam a ter um enfoque resolutivo da vida cotidiana do estudante, e para tal, deve oferecer subsídios sistemáticos claros e precisos para a tomada de decisão consciente do jovem aluno capaz de elaborar um pensamento sistemático e crítico. O uso de representações diversificadas pode ser um instrumento favorável para que o aluno disponibilize de informações lógicas. São pontos que devem ser contemplados de acordo com o edital: a observação, a visualização, a compreensão, a organização, a análise, a síntese, a comunicação das ideias científicas, o que nos permite dizer houve um aprofundamento bastante significativo do edital anteriormente citado do ano de 2018, e que não considerava tais aspectos.

A interdisciplinaridade também foi aprofundada no novo edital, e se tinha como proposta o trabalho analítico de textos das demais áreas de conhecimento Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O intuito desta medida era tornar explícita a aprendizagem do aluno nas demais áreas, ao mesmo tempo que o aluno desenvolve a sua capacidade de identificar e superar fragilidades na sua capacidade argumentativa evitando generalizações, incoerências, carência de dados e informações de fontes não confiáveis (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2021).

E, por fim, este estudo destaca outra inovação presente no edital, que corresponde à busca pela garantia do desenvolvimento do pensamento computacional através de diferentes processos cognitivos: análise, compreensão, definição, modulação, resolução, comparação e automatização de problemas e suas devidas soluções. Estas habilidades proporcionariam ao aluno condições para o desenvolvimento do raciocínio espaço temporal não linear, o que por fim privilegia o estudo de fenômenos artísticos e linguísticos que tanto contemplam o passado como as projeções futuras dando ênfase às múltiplas percepções do espaço conforme foi exposto no documento descrito.

4.2.2 Critérios para avaliação das obras conforme objetos 1, 2, 3, 4 e 5

Conforme o MEC (BRASIL, 2020) a última etapa da Educação Básica correspondente ao ensino médio representa uma trajetória escolar que amplia os sentidos dos alunos, e para tal, deve gerar o maior engajamento social e, assim, possa estar em consonância com o projeto de vida dos sujeitos que passarão a desenvolver conhecimentos, habilidade, atitudes e valores se preparando mais amplamente para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Entre os anos de 2017 e 2018 o Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação – MEC fizeram uma série de alterações importantes para produzir uma documentação legal. Entre as alterações importantes realizadas teve-se a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e os Referenciais Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos.

Quanto às suas finalidades o ensino médio permaneceu inalterado, ou seja, continuam sendo as mesmas já definidas em 1996 pela LDB. Refletem-se a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos nas séries anteriores; a preparação para a cidadania e adaptação flexível às novas condições de aperfeiçoamento posterior; promover uma formação ética e visando a autonomia intelectual e pensamento crítico e, por fim, a compreensão acerca dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos que relacionam a teoria à prática em cada disciplina.

Novas ações de inovação, o processo de reformulação do ensino médio buscou ampliar a carga horária mínima, tem como flexibilizar o currículo. O enfoque passou a ser o desenvolvimento integral e em incorporar práticas escolares dinâmicas e interativas, e os jovens na atualidade apresentam demandas com especificidades bastante peculiares e que dizem respeito ao processo de comunicação no século XXI. Em razão da sua carga horária a mudança se notou que ao longo de três anos para cumprir o ensino médio o aluno irá percorrer 3000 horas, sendo divididas em 1000 horas anuais, isto é, 5 horas diárias (BRASIL, 2020).

Conforme explicitado no Edital de Convocação (MEC/BRASIL, 2019) flexibilizar o currículo significa permitir que os estudantes possam escolher o percurso educativo, de maneira a se conectar com os verdadeiros interesses dos seus projetos de vida. E tal maneira que o ensino currículo está dividido entre Formação Geral e Itinerários

Formativos. Em razão da Formação Geral, tem-se que carga horária máxima de 1800 horas que se encontra orientada pela BNCC e se faz comum a todos os estudantes; ela propõe uma base curricular fragmentada e orientada por meio de um caráter interdisciplinar de um conhecimento aplicado em todas as áreas do conhecimento, possuindo enfoque para o desenvolvimento de competências. Em relação aos Itinerários Formativos, tem-se que estes possuem 1200 horas compreendendo um conjunto de unidades curriculares que representam o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em uma ou mais áreas do conhecimento e orienta o aluno para a formação técnica e profissional.

Outro aspecto bastante relevante e diz respeito à reforma do ensino médio se orienta pelo posicionamento do estudante como o centro do processo de ensino e aprendizagem. Existe o ensejo de que a escola possa ser organizada para acolher as culturas juvenis e, portanto, compreender os estudantes e suas particularidades e pluralidades, sem deixar de respeitar os seus direitos, bem como considerando suas diferenciações, interesses, ritmos, aspirações e papéis sociais (MEC/BRASIL, 2019). Há, sobretudo, um propósito de promover o desenvolvimento de forma integral desses alunos, contemplar as suas dimensões intelectual, física, social e cultural de maneira a promover uma formação voltada para resolução de demandas complexas do cotidiano, e assim exercer a cidadania por meio da atuação no mundo do trabalho.

Lembrando que assim como o PNLD 2019 (que tratou da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e do PNLD 2020 (que tratou nos Anos Finais do Ensino Fundamental), o PNLD 2021 tem uma perspectiva de propor ações de desenvolvimento das competências gerais, competências específicas e habilidades que foram definidas pela Base; daí ser possível dizer que estimula a autonomia, o protagonismo e a responsabilidade dos alunos de maneira que estes sejam capazes de fazer escolhas e tomar decisões com muito mais assertividade em função de seus projetos de vida no presente e no futuro. Isso porque os estudantes passaram a ser vistos como agentes de transformação social dentro e fora do contexto escolar. Esse entendimento disponibilizado no edital alude que as obras escritas necessitam verdadeiramente estar alinhadas para contribuir de forma decisiva na formação destes jovens, torná-los capazes de construir uma sociedade com maior senso ético, com maior capacidade de inclusão, portanto, mais justa no que diz respeito à solidariedade e à sustentabilidade.

De maneira que a escolha das obras didáticas escritas no PNLD 2021 será feita através de um conjunto de critérios que apresentam caráter eliminatórios comuns e eliminatórios específicos e que foram descritos no Edital de Convocação (MEC/BRASIL, 2019). Não observar critérios pode resultar em uma proposta incompatível aos objetivos estabelecidos para o novo ensino médio, que por consequência pode induzir a sua reprovação no PNLD 2021.

4.2.3 Critérios Eliminatórios Comuns e específicos para LP

Serão reprovadas as obras didáticas inscritas no PNLD 2021 que não atenderem ao disposto nos seguintes critérios eliminatórios comuns:

Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação.
Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.
Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica.
Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.
Adequação e pertinência das orientações prestadas ao professor.
Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita.
Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico.
Qualidade do texto e adequação temática
Qualidade dos materiais digitais.
Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) (EDITAL DE CONVOCAÇÃO MEC/BRASIL, 2019).

Os critérios comuns envolvem as diretrizes e normas, bem como o cumprimento ético para promoção da cidadania e do convívio social. É preciso ter uma coerência na abordagem que permita as orientações dos discentes de forma adequada, e regras em relação à obra didática escrita, obedecendo à estrutura editorial, a qualidade do texto e dos materiais digitais. Por fim, a apresentação de temas contemporâneos que representem as demandas dos jovens.

Quanto aos critérios eliminatórios de caráter específicos para as obras didáticas em LP se observa conforme o Edital de Convocação (MEC/BRASIL, 2019), que haverá um volume único da obra específica de LP que servirá para consolidar e aprofundar os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores desenvolvidos desde o ensino fundamental e que se referem à LP, de maneira à garantir tais aspectos descritos na BNCC para o ensino médio na área de Linguagens e suas Tecnologias.

Outra questão relevante diz respeito ao desenvolvimento crítico e criativo dos

temas sob determinado padrão ético visando a cidadania para o convívio social dos alunos. No volume único estará presente a valorização da prática científica tendo como foco o desenvolvimento de processos investigativos; de forma que a língua portuguesa servirá para a resolução de problemas no cotidiano, pois oferta informações claras que servem de guia para tomada de decisão.

A ampliação dos métodos pedagógicos também será explorada, e assim as tecnologias digitais e os gêneros virtuais se farão presentes. Para tal, o docente irá trabalhar de forma sistemática, a partir de diversos processos cognitivos a exemplo da: observação, visualização, compreensão, organização, análise, síntese, comunicação de ideias científicas que possam conferir ênfase na argumentação e processos de inferência (MEC/BRASIL, 2019).

As demais áreas de conhecimento são propostas de interdisciplinaridade na BNCC, de forma que trabalhar com análise de textos com conteúdo de Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas tem o objetivo bastante específico de dar subsídios à aprendizagem dos alunos. Isso possibilitará ainda ampliar a capacidade do aluno por identificar possíveis fragilidades no discurso a exemplo de generalizações, incoerência, falta de dados ou ainda uso indevido de fontes de pesquisa não confiáveis.

A respeito do LD e de acordo com o Edital de Convocação (MEC/BRASIL, 2019) esta é uma ferramenta que deve apresentar três aspectos principais: o primeiro deles os objetivos a serem desenvolvidos no volume; em seguida a justificativa que aponte a pertinência de tais objetivos, e, por fim, identificar as competências gerais, específicas e habilidades que devem ser desenvolvidas. Devem ainda ser colocadas em evidência as informações acerca das atividades, vivências e exercícios propostos sob orientação de referências bibliográficas comentadas que servem de complementariedade para consultas e pesquisas de aprofundamento, a exemplo de sites, vídeos ou outras obras didáticas.

Um aspecto bastante interessante trazido no Edital diz respeito aos conteúdos multimodais. Correspondem a textos verbais e imagéticos de maneira arrojada a estimular a criatividade e aprofundamento do diálogo com a cultura dos jovens. Isso servirá para tornar a linguagem atrativa ao público jovem, sem deixar de lado a precisão cultural.

As orientações para os docentes serão apresentadas para uma metodologia que trate a LP de forma integrada tanto com a área de linguagens e suas tecnologias,

quanto às demais áreas do conhecimento. A obra didática possui propostas de avaliação diferentes e condizentes para exames em larga escala, obedecendo ao cronograma sugerido com avaliações bimestrais, trimestrais ou semestrais. As aulas devem ser formatadas de forma sistematizada com outras áreas do conhecimento, apresentando referências bibliográficas complementares para pesquisas ampliadas e expressando os avanços nacionais e internacionais do respectivo campo de ensino apresentados de forma arrojada, criativa e atrativa do conteúdo multimodal.

Em razão das inovações do PNLD relativas ao ensino de LP, tem-se que o enfoque promovido no ensino e aprendizagem de língua portuguesa se encontra centrado no estudante, quer dizer que as obras buscaram valorizar as vivências e trabalhos dos temas cujo interesse seja da cultura jovem. As obras mobilizam habilidades, competências, atitudes e valores buscando promover a educação em um contexto integral, e assim aprimorar o exercício da Cidadania.

Os temas que envolvem o ensino de LP são diversos e estão baseados na metodologia do projeto de trabalho. É importante ressaltar que as obras propiciam o protagonismo do aluno no que diz respeito à resolução dos problemas propostos bem como ao longo das atividades e construção de fatos que mobilizam variadas competências durante as etapas e as atividades propostas. Dentro do contexto destes projetos existem temas transversais e alinhados com as demandas da contemporaneidade dos jovens presentes no Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma preocupação por parte da gestão escolar em promover o engajamento do estudante por meio de atividades que visem a cooperação e o trabalho em grupo, e daí a necessidade de se organizar por etapas que se estabeleceram nos projetos integradores: a preparação, o desenvolvimento, a conclusão e a avaliação, que desenvolvidas integralmente passam a compor competências diversificadas e, assim, ao final dos ciclos os alunos podem compreender o papel da LP no seu próprio desenvolvimento, bem como na solução para cada projeto elaborado na escola e suas ampliações para a vida.

Os problemas resultantes das demandas do ensino médio exigem propostas que levem em consideração a didática de cada correspondente curricular. Na língua portuguesa isso não poderia ser diferente.

As dinâmicas na escola na contemporaneidade propõem diversas atividades a exemplo de: debates, leituras, seminários, pesquisas, proposta de atividades práticas, além de várias outras que exijam o uso de diferentes habilidades e, assim, possam garantir o protagonismo do jovem no âmbito escolar.

Além disso, o docente pode se utilizar de inúmeras ferramentas, a exemplo de mapas mentais de avaliações que possam facilitar a execução dos projetos, que o aluno possa acompanhar o percurso dos estudos além de ser capaz de se auto avaliar ao final de um período. De modo que as orientações do professor passam a obedecer a um cronograma que ele organiza mediante às necessidades e demandas do jovem aluno, e no qual estão presentes sugestões, informações e orientações.

Os projetos integradores relativos à Linguagens e suas tecnologias servem para que o estudante possa desenvolver competências e habilidades no ensino e na sua aprendizagem, podendo ser capaz de gerenciar as informações por meio do uso da cultura digital, que lhe possibilita a tomada de decisão de maneira autônoma, além de ampliar suas capacidades sociais de convivência e de aprendizado com as diferenças dos colegas.

O cotidiano escolar foi ampliado pelos conhecimentos previstos pela BNCC. Os problemas do mundo real, ou seja, as demandas vivenciadas pelos alunos induzem a articulação dos objetos dos conhecimentos aprendidos nas escolas. Isso quer dizer que as obras que compõem o PNLD possuem a proposta de desenvolver as competências e as habilidades necessárias ao novo século, e utilizam como principal

ferramenta a reflexão. Aspectos como a coletividade e sua participação no contexto escolar é algo novo nessa nova diretriz proposta pela BNCC, e isso significa aos alunos um novo contexto onde estão pautadas as práticas diversas e com maior flexibilidade ao ensino e à aprendizagem.

As mudanças decorreram do ideal em que o estudante deve ser estimulado ao fazer científico ainda no ensino médio, sendo assim, preparado à investigação na pesquisa, ao desenvolvimento do raciocínio lógico e ao aprendizado de verificações de hipóteses entre as mais variadas habilidades que são importantes em todas as áreas do conhecimento, podendo desta maneira exercitar competências transversais que vão além das Linguagens e suas tecnologias.

A escola passou a apoiar o jovem a construir um sentido ampliado ao seu futuro, tanto no que diz respeito ao próximo passo acadêmico, quanto ao que se refere à vida na sociedade e que leva em consideração aspectos profissionais e pessoais, e que possuem desafios similares às demandas que eles enfrentam no seu cotidiano. Há questões capazes de motivar os alunos no que se refere à busca de soluções para problemas ao longo dos projetos relevantes e realistas, e assim geram um produto final que passa a ser compartilhado fora do âmbito da escola, ou seja, em sua comunidade.

Percebeu-se que as novas diretrizes conduzem para uma aprendizagem autônoma e participativa. Daí a necessidade de se desenvolver competências cognitivas e socioemocionais presentes no pensamento crítico, na abordagem empática de respeito aos colegas e membros da comunidade; ao estímulo da autonomia, da responsabilidade, de se exercer a proatividade e do desenvolvimento da comunicação e do trabalho em grupo por meio da interdisciplinaridade presente nas obras propostas no PLND e que levam o aluno a se relacionar com as diversas áreas do conhecimento e desenvolverem projetos interligados.

Por fim, a pesquisa ainda quer ressaltar que os vieses políticos podem alterar as medidas estabelecidas no programa, uma vez que este é considerado como uma política pública da educação. A exemplo do ocorrido em janeiro do ano de 2020 onde foi veiculado na mídia uma nova versão do edital PNLD na qual a seleção dos livros havia sido alterada. Muitas polêmicas frente às mudanças dos critérios já consolidados e estabelecidos ao longo da existência do programa foram suscitadas na comunidade escola. Os alinhamentos com marcos legais a exemplo da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ECA – Estatuto da Criança e do

Adolescente e BNCC – Base Nacional Comum Curricular e outras legislações de direitos humanos, segundo críticos do governo, estavam sendo infringidos. A crítica é feita sob o pretexto que o texto publicado em janeiro faz contraposições a esses marcos ao estabelecer medidas a exemplo da não necessidade de incluir referências bibliográficas nos livros didáticos, por exemplo.

Outra medida muito criticada referiu-se à eliminação e restrições às publicidades e erros de revisão e impressão das obras. Aspectos relacionados às pautas de inclusão e que discutiam a diversidade sociocultural brasileira também estavam programadas a serem alteradas, assim como também as questões que se relacionavam à agenda de enfrentamento da violência contra mulher resultado da transição dos governos passados e o atual presidido por Jair Bolsonaro e todo o retrocesso de um governo de extrema direita.

A complexidade de medidas dessa natureza se dá porque o livro didático ao ver desta pesquisa devem ser bens consumíveis e, assim, se ter apoio em argumentos. O primeiro deles é a contribuição de que por meio do LD se possa construir um capital cultural, e alterar o PNLD sob certos aspectos pode alterar essa realidade de forma negativa acarretando perdas aos alunos.

Por fim, como sendo um instrumento oficial o LD tem grande nível de aceitação por parte dos professores e alterar sua composição sob pressupostos que já haviam sido conquistados pode se constituir uma repulsa por parte dos docentes. Induz pensar também na produção de materiais de apoio para produção de conteúdo dada a insatisfação do professor quanto ao conteúdo alterado, o que por um lado é positivo, pois representam mais possibilidade didáticas e maiores chances de acompanhamento dos alunos e suas dificuldades, mas por outro pode-se ter o controle de qualidade diminuído.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL, MEC – Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é Base. Ministro de Estado da Educação Mendonça Filho. Secretaria Executiva Maria Helena Guimarães de Castro. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>, acesso em 28 nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação /MEC (2020). **PNLD Conectado2021**. Novo Ensino Médio. Coordenação-Geral De Materiais Didáticos - COGEAM 13 SEBASTIÃO VITALINO DA SILVA – Coordenador-Geral Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5º Andar, Sala 516, CEP: 70.047-900 – Brasília – DF, Fones: (61) 2022 8419 / 8427 Emails: cogeam@mec.gov.br; sebastiao.silva@mec.gov.br. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2019/127821-9-mec-pnld-sebastiao-vitalino-apresentacao-pnld-conectado-2021-novo-ensino-medio/file>>, acesso 06. Nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação /MEC (2018). **Edital de convocação 04/2015** – CGPLI Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2018. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <[Edital_PNLD_2018_ENSINO_MEDIO_consolidado_3_Alteracao.pdf](#)>, acesso 06. Nov. 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa** – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 7mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação

Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

CORACINI, M. J. (Org.). Interpretação, autoria e legitimação do livro didático. Campinas: Pontes, 1999.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2019 – CGPLI **Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas, Literárias e Recursos Digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>>, acesso em 06. Nov. 2020.

EDITORA BRASIL (2019). **PNLD 2021**. Fique por dentro ensino médio/ Material de divulgação da Editora do Brasil. Disponível em: <https://www.editoradobrasil.inf.br/wp-content/uploads/2020/07/DIGITAL-folder_ensino_medio_AF.pdf>, acesso em 28 nov. 2020.

EDITORA DO BRASIL. **A importância das disciplinas eletivas no Ensino Médio como espaço de escuta**. Disponível em: <<https://www.editoradobrasil.inf.br/a-importancia-das-disciplinas-eletivas-no-ensino-medio-como-espaco-de-escuta/>>, acesso em 28 nov. 2020.

E-DOCENTE. **O livro didático é um grande aliado do professor na rotina escolar. Conheça as nossas obras e as suas propostas pedagógicas**. Da Escola para o mundo/ Linguagens e suas Tecnologias. Disponível em: <<https://static.educar.tech/saber/pnld2021/ATICA/699/completo.pdf>>, acesso em 28 nov. 2020.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. **Edital PNLD 2021**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>>, acesso em 06. Nov. 2020.

FURTADO, Moacir Marchi. **O ensino da Língua Portuguesa**: a aprendizagem através de processos didáticos de normas, fala e escrita. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_port_artigo_moacir_marchi_furtado.pdf>, acesso em 28 nov. 2020.

GANZELA, Marcelo. REVISTA NOVA ESCOLA (2020). BNCC: entre tantas mudanças, muitas continuidades. **O texto de Língua Portuguesa atualiza os PCNs, mas não significa um rompimento grande com o que se defendia anteriormente**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/25/bncc-entre-tantas-mudancas-muitas-continuidades?download=truevoltar=/bncc/conteudo/25/bncc->

entre-tantas-mudancas-muitas-continuidades?download=true#_=>, acesso em 28 nov. 2020.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular**. Revista Retratos da Escola. Brasília, v.9, n. 17, p. 381-396 jul. / dez. 2015.

GIL, **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GOMES, Jaqueline Feliciano (2017). **Base Nacional Comum Curricular e educação infantil: análises e realidades** / Jaqueline Feliciano Gomes. – João Pessoa: UFPB, 2017. 35f. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4091/1/JFG15032018.pdf>>, acesso em 28 nov. 2020.

GUEDES, Dartagnan Pinto; **GUEDES**, Joana Elisabete **Ribeiro** Pinto. **Livro único, medida avaliação em Educação Física**. São Paulo, Editora Ática, 2007.

HERNANDES, Roberta; BARRETO, Ricardo Gonçalves. **Da escola para o Mundo**. São Paulo, Editora Ática Scipione, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRADO Soares, M. S. (2007). **Comunicação, Linguagens e Tecnologias no Cotidiano Escolar**
. *PerCursos*, 7(1). Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1500>>, acesso em 28 nov. 2020.

RANGEL, Egon de Oliveira. **Letramento literário: um espaço para o livro e a leitura na sala de aula**. In: SÃO PAULO. Caderno do professor: leitura e produção de textos – 5ª e 6ª séries / 5º e 7º anos. São Paulo: SEE, 2010.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito (2019). **Base Nacional Comum Curricular e Docência: discursos e significações**. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curso do Doutorado em Educação/ Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15220/1/Arquivototal.pdf>>, acesso em 28 nov. 2020.

SANTO, W. P Material didático e ensino-aprendizagem de línguas. **Revista Desempenho**, n.26, v.2, 2016.

SANTO, Wéllia Pimentel. MATERIAL DIDÁTICO E ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS. Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada. **Revista Desempenho** n.26, v.2, 2016.

SILVA, Ana Cristina dos Santos Gaio. **Informação e opinião: o dialogismo necessário**. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/403-4.pdf>>, acesso em 28 nov. 2020.

SILVA, Maria Anunciada da. **A inferência no Livro didático de Língua Portuguesa do 5º ano**. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17266>>, acesso em 05 de nov. 2020.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2007.

UOL Educação. **BNCC**: O que Paulo Freire e Anísio Teixeira diriam sobre a base curricular?. Disponível em: <<https://danielcara.blogosfera.uol.com.br/2017/12/20/bncc-o-que-paulo-freire-e-anisio-teixeira-diriam-sobre-a-base-curricular/>>, acesso em 05 de nov. 2020.